

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 1ª Série de Quotas Seniores do

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO

(atualizado em 4 de setembro de 2007)
CNPJ Nº 08.608.755/0001-85

LFRating: AA-

Benchmark: 110% do CDI

Código ISIN das Quotas Seniores do Fundo: BRLVROCTF006

Emissão da Primeira Série de Quotas Seniores do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO** (O "**Fundo**"), constituído de acordo com a Resolução CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, e a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pelas instruções CVM nº 393/03, 435/06, 442/06 e 446/06, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("**CNPJ/MF**") sob o nº 08.608.755/0001-85 e administrado por **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61 (a "**Administradora**"), conforme deliberado pela Administradora no Ato de Constituição do Fundo, em 08 de janeiro de 2007, o qual se encontra registrado no 4º Ofício do Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro sob o nº 718604, de 09 de janeiro de 2007, sendo o Instrumento de Primeira Alteração de seu Regulamento Registrado sob o nº 728729, em 04 de maio de 2007, o Instrumento de Segunda Alteração Registrado sob o nº 729321, em 11 de maio de 2007, o Instrumento de Terceira Alteração Registrado sob o nº 729429, em 14 de maio de 2007, o Instrumento de Quarta Alteração Registrado sob o nº 730980, em 29 de maio de 2007, e o Instrumento de Quinta Alteração Registrado sob o nº 736690, em 02 de agosto de 2007, todas junto ao 4º Ofício do Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro.

Este Prospecto Definitivo foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID ("**ANBID**") para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**").

A autorização para funcionamento do fundo e/ou venda das quotas não implica, por parte da CVM e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais Instituições Prestadoras de Serviços ao Fundo.

Não há compromisso ou garantia por parte do Administrador de que o objetivo do Fundo será atingido.

Os investidores devem ler a seção 'Fatores de Risco' deste Prospecto Definitivo, nas páginas 18 a 21.

O investimento do Fundo de Investimento de que trata este Prospecto Definitivo apresenta riscos para o investidor. Ainda que o Gestor da Carteira do Fundo mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas.

Este Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus Quotistas.

O Fundo não conta com garantia de seu Administrador, da Gestora da Carteira de Investimentos do Fundo ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

As informações contidas neste Prospecto Definitivo estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém, não o substitui. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto Definitivo quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas relativas ao objetivo, à política de investimento e à composição da carteira de investimentos do Fundo, bem como às disposições deste Prospecto Definitivo que tratam dos Fatores De Risco a que o Fundo está exposto.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios LAVORO MULTICRÉDITO e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto Definitivo e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da carteira (inclusive quanto à utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu Investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo e, consequentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido.

Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de Fundos similares com prazo inferior.

O tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo depende do período de permanência dos respectivos Investimentos no Fundo, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. alterações nessas características podem levar a um aumento do imposto de renda sobre a rentabilidade aos Quotistas e ao fundo, vide seção "Tributação" deste Prospecto Definitivo. A CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas. Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a distribuição pública das Quotas poderão ser obtidas junto à Administradora.

Administração



Gestão



Consultoria Especializada



Custódia e Controladoria



Assessoria Legal



Agência de Rating



Auditoria



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

Índice	3
Glossário	5
Características Gerais do Fundo.....	7
Prestadores de Serviços.....	10
Características da 1ª Série	11
Perfil do Investidor	12
Política de Investimento e Composição da Carteira	12
Condições de Cessão.....	13
Critérios de Elegibilidade	14
Política de Concessão e Cobrança de Créditos	15
Metodologia de Avaliação dos Ativos e Patrimônio Líquido do Fundo	17
Fatores de Risco	18
Emissão, Subscrição, Integralização, Amortização e Resgate de Quotas	21
Razão de Garantia	24
Assembléia Geral	24
Eventos de Avaliação.....	26
Liquidação do Fundo	27
Taxas	28
Tributação	29
Administração e Gestão	30
Obrigações da Administradora.....	31
Vedações da Administradora	32
Substituição da Administradora	33
Custódia, Controladoria e Escrituração.....	33
Consultoria Especializada.....	34
Demonstrações Financeiras do Fundo	35
Encargos do Fundo	35
Publicidade e da Remessa de Documentos	36
Periódico Destinado às Publicações do Fundo	36
Breve Histórico dos Prestadores de Serviços	36

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Administradora – Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.....	36
Gestora – Global Capital 2000 Administradora de Recursos S.A.	39
Custodiante – Banco Bradesco S.A.	40
Consultora – Lavoro Factoring Ltda.	40
Agência de Rating – LFRating.....	40
Auditoria – KPMG Auditores Independentes	41
Assessor Legal – Freitas e Leite Advogados	41
Sumário dos Principais Contratos Celebrados pelo Fundo.....	41
Contrato de Cessão.....	41
Contrato de Custódia e Controladoria.....	41
Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Especializada e de Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos	42
Cronograma das Etapas da Oferta	42
Demonstrativo de Custo e Distribuição	44
Atendimento ao Quotista	44
Relacionamento entre as Partes Envolvidas com o Fundo e/ou com a Oferta.....	44
Foro	45
Anexo I – Instrumento de Constituição do Fundo	49
Anexo II – Regulamento	53
Anexo III - Declaração Referente ao Artigo 56 da Instrução CVM nº 400.....	95
Anexo IV – Relatório da Agência Classificadora de Risco	99

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GLOSSÁRIO

1ª Série: a 1ª série de quotas seniores;

ADMINISTRADORA: a MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61;

Agência de Classificação de Risco: a LFRating, divisão da Lopes Filho & Associados Consultores de Investimentos, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Araújo Porto Alegre, nº 36, 8º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.511.508/0001-36;

BACEN: o Banco Central do Brasil;

BOVESPA: Bolsa de Valores de São Paulo, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275 e inscrita no CNPJ sob nº 02.584.094/0001-19;

CBLC: Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275 e inscrita no CNPJ sob nº 60.777.661/0001-50;

CCF: o Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central do Brasil;

CDI: Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia - “over extragrupo”, expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela Câmara de Liquidação e Custódia – CETIP;

Cedentes: as pessoas jurídicas prévia e devidamente cadastradas na **CONSULTORA**;

CETIP: Câmara de Custódia e Liquidação com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 230, 10º e 11º andares e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.719.664/0001-24;

Condições de Cessão: as condições de cessão de direitos creditórios ao **FUNDO**;

CONSULTORA: a LAVORO FACTORING LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 21, grupo 204 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.233.179/0001-15;

Contrato de Cessão: o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito sem Coobrigação e Outras Avencas celebrado entre o **FUNDO** e os Cedentes;

Contrato de Consultoria Especializada, de Cobrança e de Depósito: o contrato de prestação de serviços de consultoria especializada, de cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos e de depósito dos Documentos Representativos de Crédito celebrado entre o **FUNDO**, a **CONSULTORA** e o **CUSTODIANTE**;

Contrato de Custódia: o contrato de prestação de serviços de custódia qualificada e controladoria celebrado entre a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE**;

COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;

CPMF: Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira;

Critérios de Elegibilidade: os critérios de elegibilidade dos direitos creditórios cedidos ao **FUNDO**;

CUSTODIANTE: o Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12;

CVM: a Comissão de Valores Mobiliários;

Default: os riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, entre outros.

Direitos Creditórios Elegíveis: os direitos creditórios que atendam cumulativamente às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao **FUNDO** nos termos do Contrato de Cessão;

Direitos Creditórios Inadimplidos: Os Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos;

Documentos Representativos do Crédito: as duplicatas referentes às transações de venda de produtos ou prestação de serviços dos Cedentes a seus respectivos Sacados;

Eventos de Avaliação: as situações descritas no Capítulo XVI do Regulamento;

Eventos de Liquidação: as situações descritas no Capítulo XVII do Regulamento;

FUNDO: o FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO;

GESTORA: a GLOBAL CAPITAL 2000 ADMINISTRADORA DE RECURSOS FINANCEIROS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Janeiro, na Avenida das Américas, nº 700, Bloco 1, Sala 117 e inscrita no CNPJ sob o nº 07.816.560/0001-68;

Instrução 356: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações;

Quotistas: os investidores que venham adquirir quotas de emissão do **FUNDO**;

Razão de Garantia: é a relação de 75% (setenta e cinco por cento) entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356;

Regime de Administração Especial Temporária: é o regime aplicável pelo Banco Central do Brasil às instituições financeiras privadas e públicas não federais, de que trata o Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, quando nelas verificar: (i) prática reiterada de operações contrárias às diretrizes de política econômica ou financeira traçadas em lei federal; (ii) existência de passivo a descoberto; (iii) descumprimento das normas referentes à conta de reservas bancárias mantida no Banco Central do Brasil; (iv) gestão temerária ou fraudulenta de seus administradores; ou (v) ocorrência de qualquer das situações descritas no artigo 2º da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974;

Reserva de Amortização: a reserva constituída para o pagamento das amortizações das quotas seniores;

Sacados: os devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis;

SERASA: a SERASA S.A.;

Sistema RGB: o conjunto de programas utilizado pela **CONSULTORA** para processar, analisar, gerenciar e efetuar o controle da cessão de Direitos Creditórios ao **FUNDO**;

SPC: o Serviço de Proteção ao Crédito.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

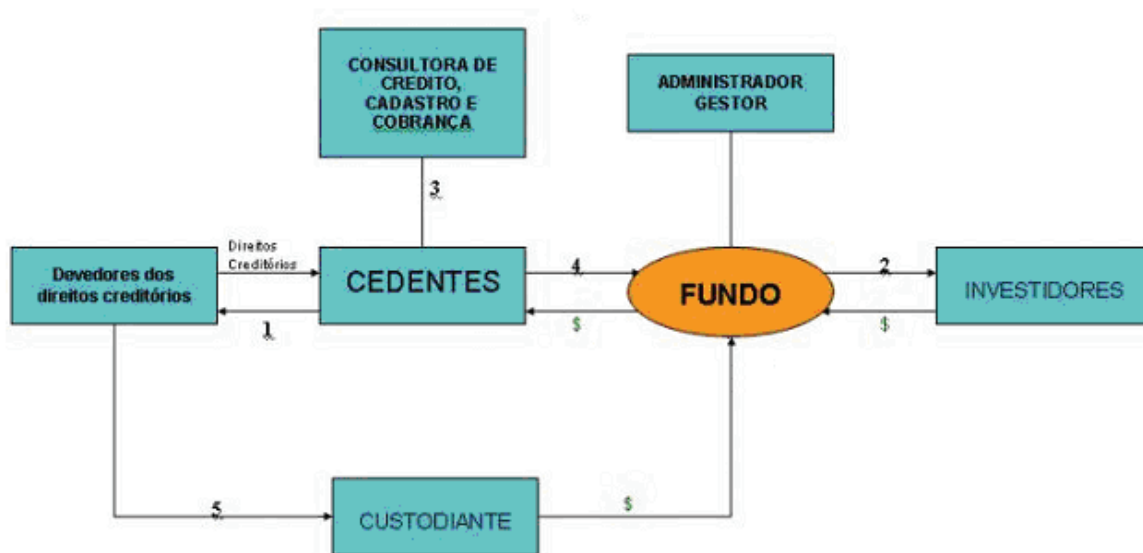
EMISSION DAS QUOTAS:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Trabalho Multicrédito
TIPO DE FUNDO:	<p>O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado.</p> <p>Para os fins do “Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimentos”, o FUNDO é caracterizado como fundo de investimento em direitos creditórios.</p>
OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO:	Proporcionar aos Quotistas a valorização de suas quotas, através da aplicação preponderante dos recursos do FUNDO na aquisição de direitos creditórios performados oriundos de operações realizadas pelos Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento.
BENCHMARK DAS QUOTAS SENIORES:	<p>110% (cento e dez por cento) da taxa do CDI. Não existe qualquer promessa do FUNDO, da GESTORA, do CUSTODIANTE, da CONSULTORA ou da ADMINISTRADORA acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO.</p> <p>As quotas subordinadas não possuirão padrão de rentabilidade definido.</p>
PRAZO DE DURAÇÃO:	<p>O FUNDO tem prazo indeterminado.</p> <p>A 1ª Série terá prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da primeira integralização de quotas seniores, e serão amortizadas mensalmente a partir do 18º (décimo oitavo) mês.</p>
EXERCÍCIO SOCIAL:	O exercício social do FUNDO tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de janeiro de cada ano.
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS SENIORES:	A 1ª Série do FUNDO obteve da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco AA-. A ADMINISTRADORA deverá providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das quotas seniores do FUNDO pela Agência Classificadora de Risco.
QUANTIDADE INICIAL DE QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE A SEREM DISTRIBUÍDAS PUBLICAMENTE:	3.000
VALOR INICIAL UNITÁRIO DAS QUOTAS:	R\$10.000,00
PATRIMÔNIO ESTIMADO:	R\$40.000.000,00
CLASSES DE QUOTAS:	As quotas do FUNDO serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Maiores informações podem ser obtidas na seção “Direitos e Obrigações Associados às Quotas e do Patrimônio do Fundo”.
RAZÃO DE GARANTIA:	75% (setenta e cinco por cento), isto quer dizer que o FUNDO deverá manter no máximo 75% (setenta e cinco por cento) de seu patrimônio representado por quotas seniores e no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) representado por quotas subordinadas.

PÚBLICO ALVO:	Exclusivamente investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela CVM em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores e a (i) fundos de investimento, nos termos do inciso I, alínea “d”, do artigo 87 da Instrução CVM nº 409/04; (ii) fundos de investimento destinados exclusivamente para investidores qualificados, de acordo com os limites estabelecidos nos artigos 110-A e 110-B da Instrução CVM nº 409/04 e (iii) fundos de investimento em quotas de fundos de investimento classificados como “Exclusivo” e “Multimercado”, desde que destinados exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do parágrafo 6º do artigo 112 da Instrução CVM nº 409/04. Investidores não residentes poderão adquirir quotas do FUNDO , desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.
VALOR MÍNIMO DE APLICAÇÃO:	O valor mínimo de subscrição de quotas seniores é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
POLÍTICA DE INVESTIMENTO:	O FUNDO aplicará parcela preponderante de seu patrimônio em Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, às Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento. Para maiores informações, vide a seção “Política de Investimento”.
NEGOCIAÇÃO EM MERCADO SECUNDÁRIO:	A 1ª Série de quotas seniores do FUNDO terá registro para negociação no mercado secundário na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no ambiente de negociação Bovespa Fix, na Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. - SOMA, no ambiente de negociação Soma Fix. Vide seção “Regras de Movimentação: Emissão, Subscrição, Integralização, Resgate e Amortização de Quotas”.
AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE:	A partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da data da primeira integralização de quotas seniores, as quotas seniores do FUNDO representativas do Patrimônio Inicial terão seus valores amortizados mensalmente.
RESGATE DAS QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE:	O resgate das quotas seniores ocorrerá no 36º (trigésimo sexto) mês, contados da data do início da distribuição pública das Quotas Seniores. Vide seção “Características da 1ª Série”
INÍCIO DO FUNDO:	13 de julho de 2007
CONTA PARA APLICAÇÃO	Banco Bradesco S.A., Agência 2856-8, C/C 588.525-6
CÓDIGO ANBID:	188441 (Cota Sênior) e 188451 (Cota Subordinada)
BASE LEGAL:	Resolução CMN n.º 2.907, de 29.11.2001 e Instrução CVM 356

ORIGEM E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** são oriundos de operações realizadas pelos Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento.

A origem dos Direitos Creditórios Elegíveis e a formalização de sua cessão ao **FUNDO** observam o seguinte fluxograma:



1 - Operações realizadas pelos Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços.

2 - O **FUNDO** capta recursos através da emissão e subsequente integralização de quotas pelos investidores.

3 - A **CONSULTORA** analisa e seleciona os direitos creditórios que serão ofertados ao **FUNDO**.

4 - O **FUNDO** adquire Direitos Creditórios dos Cedentes.

5 - O **CUSTODIANTE** efetua a cobrança bancária e a coleta de pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos, que serão pagos diretamente pelos Devedores dos Direitos Creditórios ao **FUNDO**.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

ADMINISTRADORA	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar Rio de Janeiro – RJ CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61 Telefone: (21) 3974-4500
GESTORA	Global Capital 2000 Administradora de Recursos S.A. Avenida das Américas, nº 700, Bloco 1, Sala 117 Rio de Janeiro – RJ CNPJ sob o nº 07.816.560/0001-68 Telefone: (21) 2125-8302
CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO DE ATIVOS:	Banco Bradesco S.A. Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 São Paulo - SP CNPJ: 60.701.190/0001-04 Telefone: (11) 3684-4522 / 3684-7655
CONSULTORIA ESPECIALIZADA	Lavoro Factoring Ltda. Avenida das Américas, nº 500, Bloco 21, grupo 204 Rio de Janeiro - RJ CNPJ: 03.233.179/0001-15 Telefone : (21) 2491-8188
AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO:	LFRating Rua Araújo Porto Alegre, nº 36, 8º andar Rio de Janeiro - RJ CNPJ: 29.511.508/0001-36 Telefone : (21) 2210-2152
ASSESSORIA JURÍDICA	Freitas e Leite Advogados Rua Pequetita, n.º 145, 3º Andar São Paulo - SP CNPJ: 61.197.240/0001-12 Telefone: (11) 3046-3250
AUDITORIA:	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES Rua Renato Paes de Barros, 33 São Paulo – SP CNPJ: 57.755.217/0001-29 Telefone: (11) 3067-3000

CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE

A 1ª Série terá prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da primeira integralização de quotas seniores.

A 1ª Série, representativa do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, possui um *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 110% (cento e dez por cento) da taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (“CDI”) de 01 (um) dia - “over extragrupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

As quotas subordinadas não terão *benchmark* de rentabilidade definido.

Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do **FUNDO**, da **GESTORA**, da **CONSULTORA**, da **ADMINISTRADORA** ou do **CUSTODIANTE** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

Em relação às Quotas representativas do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, deve ser observado que:

Serão distribuídas publicamente até 3.000 (três mil) Quotas Seniores, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O valor mínimo de subscrição no período de distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série é de R\$ R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Eventual saldo não colocado de Quotas da 1ª Série poderá ser cancelado antes do respectivo prazo de colocação (de 180 dias contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição) ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação do referido prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

A critério da **ADMINISTRADORA**, seguindo orientações da **GESTORA**, atingido o patamar mínimo de distribuição de quotas seniores 1ª Série correspondente a 30% (trinta por cento) das quotas seniores da 1ª Série emitidas poderá se dar por encerrado o período de distribuição de quotas do **FUNDO**.

As quotas seniores representativas da 1ª Série do **FUNDO** deverão ser inscritas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início de distribuição e no boletim de subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição.

Na subscrição de quotas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências, conforme definido no Boletim de Subscrição.

Na subscrição de quotas do **FUNDO** que ocorrer em data diferente da Data de Integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor de abertura da quota de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

As quotas seniores da 1ª Série, bem como as quotas subordinadas terão Valor Unitário de Emissão idêntico na primeira Data de Emissão das Quotas da referida Série.

O preço de subscrição das quotas seniores da 1ª Série poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Não há limite máximo de subscrição por investidor.

A distribuição da 1ª Série do **FUNDO** será liderada pela **ADMINISTRADORA**, em regime de melhores esforços, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto neste Prospecto.

A partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da data da primeira integralização de quotas seniores, as quotas seniores da 1ª Série do **FUNDO** terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

18º mês	1/19	27º mês	1/10
19º mês	1/18	28º mês	1/09
20º mês	1/17	29º mês	1/08
21º mês	1/16	30º mês	1/07
22º mês	1/15	31º mês	1/06
23º mês	1/14	32º mês	1/05
24º mês	1/13	33º mês	1/04
25º mês	1/12	34º mês	1/03
26º mês	1/11	35º mês	1/02

O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) dia útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a **ADMINISTRADORA** está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

Para efeitos de subscrição, integralização, amortização e resgate das quotas do **FUNDO**, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário.

As quotas subordinadas não serão amortizadas.

As quotas subordinadas somente poderão ser resgatadas após o resgate da totalidade das quotas seniores.

O resgate das quotas seniores ocorrerá no 36º (trigésimo sexto) mês, contados da data da primeira integralização de quotas seniores.

O pagamento das amortizações e do resgate acima mencionados corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no quinto dia útil do mês subsequente a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

PERFIL DO INVESTIDOR

O **FUNDO** destina-se exclusivamente a investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela CVM em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores e a (i) fundos de investimento, nos termos do inciso I, alínea “d”, do artigo 87 da Instrução CVM nº 409/04; (ii) fundos de investimento destinados exclusivamente para investidores qualificados, de acordo com os limites estabelecidos nos artigos 110-A e 110-B da Instrução CVM nº 409/04 e (iii) fundos de investimento em quotas de fundos de investimento classificados como “Exclusivo” e “Multimercado”, desde que destinados exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do parágrafo 6º do artigo 112 da Instrução CVM nº 409/04.

Investidores não residentes poderão adquirir quotas do **FUNDO**, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Visando atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento.

Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o **FUNDO** deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em Direitos Creditórios Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, desde que pós-fixados na origem ou sinteticamente em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

O **FUNDO** poderá realizar operações em que a **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA** atuem como contraparte do **FUNDO**.

O **FUNDO** poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Para o efeito do acima disposto, as operações com derivativos podem ser realizadas em bolsas de mercadorias e de futuros. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do **FUNDO**, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

As operações em mercado de derivativos serão realizadas somente na modalidade “com garantia”.

O **FUNDO** poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos no artigo 5º do Regulamento do **FUNDO**, alíneas “a”, “b” e “c”.

Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio.

CONDIÇÕES DE CESSÃO

Para que possam ser adquiridos para a carteira do **FUNDO**, os direitos creditórios devem ser classificados como Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do inciso XXII, do parágrafo 1º, do artigo 1º do Regulamento.

As Condições de Cessão serão avaliadas pela **CONSULTORA** mediante declaração de que os Direitos Creditórios oferecidos à cessão atendem integralmente às regras abaixo relacionadas:

I - decorram de operações realizadas pelos Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços;

II – decorram de Cedentes previamente cadastrados pela **CONSULTORA**;

III – devem ser previamente avaliados e aprovados pela **CONSULTORA**, nos termos do Capítulo X do Regulamento;

IV - devem estar amparados pelos respectivos Documentos Representativos de Crédito; e

V - não serão aceitas novas cessões de Direitos Creditórios de Cedentes que tenham Direitos Creditórios Elegíveis anteriormente cedidos ao **FUNDO** inadimplidos há mais de 15 (quinze) dias úteis; e

VI - o total de Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** por um mesmo Cedente não poderá representar, a qualquer momento, mais que 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os Critérios de Elegibilidade serão validados pelo **CUSTODIANTE**. Para fins do disposto na legislação, no Regulamento e no Contrato de Cessão, são considerados Critérios de Elegibilidade as seguintes regras:

I - os Sacados devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** não deverão possuir registro no CCF ou na SERASA relativos a títulos protestados em valor igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

II - os Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** não poderão ser de Sacados devedores de Direitos Creditórios Inadimplidos para com o **FUNDO**;

III - os Sacados devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** não deverão estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou procedimento similar, conforme checagem a ser realizada pela **CONSULTORA**;

IV - os Direitos Creditórios deverão ter prazo máximo de vencimento de 120 (cento e vinte) dias contados da data de cessão. Não serão aceitos Direitos Creditórios com prazo superior ao prazo da respectiva Série “n” de quotas seniores;

V - a carteira de Direitos Creditórios relacionada no respectivo Termo de Cessão, conforme definido no Contrato de Cessão, deverá ter prazo médio de vencimento não superior a 90 (noventa) dias contados da respectiva data de cessão;

VI - o total de Direitos Creditórios devidos por um mesmo Sacado não poderá exceder a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**. Adicionalmente, será admitida a elevação deste percentual para 10% (dez por cento) para todo Sacado que venha a receber a mesma classificação de risco atribuída às quotas seniores pela Agência de Classificação de Risco. Será responsabilidade da **ADMINISTRADORA** obter periodicamente junto à agência de Classificação de Risco os relatórios de classificação de risco referentes a cada Sacado que o Cedente queira enquadrar nesta exceção e encaminhar estes relatórios de classificação de risco ao **CUSTODIANTE**, de forma que este proceda a eventuais alterações em seus controles de validação dos Direitos Creditórios quanto aos Critérios de Elegibilidade;

VII - o valor de um único Documento Representativo de Crédito não pode ser superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e

VIII - as negociações para a aquisição de Direitos Creditórios serão realizadas a taxa do mercado, observando-se que a taxa de desconto para a aquisição de direitos creditórios deve ser equivalente a, no mínimo, 140% (cento e quarenta por cento) do CDI.

Na hipótese do Direito Creditório Elegível perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra a **ADMINISTRADORA**, a **GESTORA**, a **CONSULTORA** e ao **CUSTODIANTE** salvo na existência de comprovada má-fé, culpa ou dolo.

Os Cedentes serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios que comporão a Carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do **CUSTODIANTE**, da **GESTORA**, da **CONSULTORA** e da **ADMINISTRADORA** qualquer responsabilidade a esse respeito.

A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o **FUNDO**, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra os Cedentes, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

O **FUNDO** poderá ceder, alienar ou permutar os Direitos Creditórios Inadimplidos. No caso de cessão, alienação ou permuta dos Direitos Creditórios Inadimplidos, a cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios serão realizadas pelo novo titular dos mesmos, deixando, portanto, a **CONSULTORA** de ser o responsável pela cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios, ressalvada a hipótese da **CONSULTORA** ser contratada pelo novo titular dos Direitos Creditórios Inadimplidos para a realização dos serviços acima descritos.

POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS

A política de concessão de crédito é desenvolvida e monitorada pela **CONSULTORA**, e pode ser sintetizada como sendo:

I - Os Cedentes serão pessoas jurídicas que deverão ser previamente cadastradas pela **CONSULTORA** para que possam ofertar Direitos Creditórios ao **FUNDO**. Para que tenha seu cadastro aprovado, cada Cedente deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

a) entregar à **CONSULTORA** os documentos e informações necessários ao seu cadastramento, quais sejam, informações cadastrais mínimas indicadas no Anexo II do Regulamento, acompanhadas de cartão de assinaturas e da via original ou de cópia autenticada dos seguintes documentos: Contrato Social ou Estatuto Social, cartão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e indicação das pessoas capazes de representar o Cedente em operações de cessão de direitos, acompanhada dos documentos que comprovem tais poderes. O Cedente cadastrado deverá manter sempre atualizada referida documentação probatória de poderes dos seus representantes. A critério da **CONSULTORA**, outros documentos poderão ser solicitados ao Cedente para a aprovação de seu cadastro;

b) no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do respectivo exercício social, entregar à **CONSULTORA** cópia autenticada do balanço anual relativo ao último exercício e, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento de cada mês, entregar cópia autenticada do respectivo balancete mensal; e

c) não possuir registro no CCF ou na SERASA relativos a títulos protestados não contestados, inadimplência de obrigações ou quaisquer apontamentos nos cadastros referidos neste item, em valor agregado igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou apontamentos de pedido de falência, estar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento similar.

II – Após o cadastramento dos Cedentes de acordo com os requisitos estabelecidos no inciso I, acima, a **CONSULTORA** efetuará uma análise de cada Cedente para a concessão de um limite operacional que observará as seguintes etapas:

- a) O gerente operacional é responsável pela análise de Cedentes;
- b) Na primeira visita são recolhidos dados suficientes para a elaboração do relatório gerencial e para que a área de cadastro elabore a ficha cadastral da sociedade que cederá seus Direitos Creditórios de acordo com os requisitos previstos no inciso I, acima;
- c) Com os referidos relatórios devidamente preenchidos com os dados do Cedente, a diretoria da **CONSULTORA** analisa se este tem o perfil para ceder Direitos Creditórios ao **FUNDO**. Em caso positivo, o diretor operacional da **CONSULTORA** solicita visita ao Cedente cadastrado;
- d) Nas reuniões realizadas pelo Comitê de Crédito da **CONSULTORA**, os diretores e o gerente operacional decidem o limite, os fatores, taxas e tarifas que incidirão sobre a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis do Cedente cadastrado ao **FUNDO**. Em caso de dúvidas, solicita-se nova visita ao Cedente cadastrado com o diretor superintendente, ou novos levantamentos a serem realizados pela área de cadastro da **CONSULTORA**;
- e) O gerente operacional solicita a inserção do Cedente no Sistema RGB da **CONSULTORA** ao diretor administrativo/financeiro, o qual o fará mediante apresentação de ficha devidamente preenchida e assinada pela área de Cadastro e pelo diretor superintendente; e
- f) Verificadas todas as etapas acima, poderá ocorrer a cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente.

III – Após a análise dos Cedentes, a **CONSULTORA** efetua a análise de cada operação de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com a seguinte metodologia:

- a) O Cedente cadastrado envia o arquivo contendo os Documentos Representativos de Crédito (por correspondência eletrônica ou *fac-símile*) e o assistente da **CONSULTORA** faz a inserção dos referidos Documentos Representativos de Crédito no Sistema RGB;

- b) O gerente operacional faz a primeira análise da operação, utilizando as ferramentas de análise que o Sistema RGB dispõe, tais como:
- (i) para o Cedente:
 - analisar o grau de concentração por Cedente para verificar a possibilidade do mesmo realizar a cessão;
 - verificar a liquidez recente do Cedente;
 - verificar a posição de Direitos Creditórios Elegíveis vencidos;
 - verificar a confirmação dos Direitos Creditórios Elegíveis em carteira; e
 - verificar se o Cedente tem alguma informação relevante no SERASA.
 - (ii) para os Sacados:
 - analisar o grau de concentração por Sacado em relação ao Patrimônio Líquido do **FUNDO**;
 - observar a concentração por Sacado junto ao Cedente;
 - observar a liquidez do Sacado no sistema;
 - verificar o histórico de pagamento no sistema;
 - verificar no SERASA se o Sacado tem alguma informação relevante, e verificar se o perfil do Sacado é compatível com os valores dos Direitos Creditórios Elegíveis contra ele; e
 - verificar se o Sacado admite a cessão de Direitos Creditórios a terceiros.
- c) O diretor superintendente/diretor operacional da **CONSULTORA** faz a análise a fim de aprovar ou reprovar, total ou parcialmente a operação de cessão e, após esta análise e, em conjunto com o gerente operacional, aprova ou reprova a concretização da cessão; e
- d) Se a operação for aprovada total ou parcialmente, o diretor deverá apor sua assinatura eletrônica no sistema, e o assistente providenciará o envio de relatório com os Direitos Creditório Elegíveis aprovados para validação do **CUSTODIANTE**.

A monitoração da política de concessão de crédito será realizada pela **CONSULTORA** e deverá observar os procedimentos descritos no Anexo III do Regulamento.

A cobrança bancária e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios serão realizadas pelo **CUSTODIANTE**.

A **CONSULTORA** foi contratada pelo **FUNDO** como agente de cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, conforme descrito no Contrato de Consultoria Especializada e de Cobrança. A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos observará os seguintes procedimentos:

I – através de ligação telefônica, informar ao Sacado, no 1º (primeiro) dia de atraso, que o Direito Creditório está vencido e não pago;

II - novo telefonema ao Sacado no 10º (décimo) dia de atraso; e

III - na hipótese dos procedimentos delineados nos incisos I e II acima não serem suficientes para provocar a quitação do Direito Creditório Inadimplido em até 30 (trinta) dias de seu vencimento, encaminhamento do mesmo à área jurídica da **CONSULTORA** para que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis.

Todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão suportadas diretamente pela **CONSULTORA**.

Os Cedentes deverão transferir ao **FUNDO**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da verificação do seu recebimento, quaisquer valores que eventualmente venham a receber dos Sacados, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

As quotas do **FUNDO** serão valoradas pelo **CUSTODIANTE** todo dia útil, com base na divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de quotas do **FUNDO**, apurados ambos no início do dia, isto é, no horário de abertura dos mercados em que o **FUNDO** atua.

As quotas seniores serão valoradas mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VQSn_T = [VQSn_{T-1} - (B \times Van)] \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{\text{Sobretaxa } n}{100} \right) + 1 \right\},$$

onde:

VQSnT	valor de cada quota sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.
VQSnT-1	valor de cada quota sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, VQSnT-1 é igual a R\$1.000,00.
B	Igual a 1(hum) todo dia seguinte a uma Data de Amortização “n”. Igual a 0 (zero) em qualquer outro dia.
Van	Valor da amortização programada referente a cada quota sênior na Data de Amortização “n”
DIT-1	CDI referente ao dia útil anterior à data “T”.
Sobretaxan	a ser definida em cada Suplemento de cada série de quotas sênior do Fundo

Quando da definição do valor das quotas seniores, o CDI deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária do CDI quando da apuração do valor das quotas seniores, será utilizada em sua substituição a mesma taxa diária produzida pelo último CDI conhecida até a data do respectivo evento, sendo que eventuais compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas titulares das quotas seniores, quando da divulgação do CDI aplicável, serão devidas na Data de Amortização imediatamente seguinte.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de aplicação do CDI como critério para definição do valor das quotas seniores ou de ausência de apuração ou divulgação do CDI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos ou a 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência do respectivo evento, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar uma Assembléia Geral de Quotistas para que seja deliberado o novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor das quotas seniores. Até a definição do novo parâmetro, será utilizada, sem solução de continuidade, para cálculo do valor das quotas sênior, o último CDI conhecido, sendo que eventuais compensações financeiras, tanto por parte do **FUNDO**, quanto pelos Quotistas titulares das quotas sênior, quando da eventual divulgação posterior do CDI, serão devidas na Data de Amortização imediatamente seguinte.

As quotas subordinadas serão valoradas pelo resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, apurado para o respectivo dia, deduzido do valor atualizado das quotas seniores em circulação, apurado conforme o disposto no parágrafo anterior, pelo número total de quotas subordinadas em circulação na respectiva data de apuração.

Os ativos integrantes da carteira do **FUNDO** serão avaliados todo dia útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira:

I - Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como “títulos mantidos até o vencimento”. Os demais ativos deverão ser classificados na categoria “títulos para negociação”;

II – os ativos que têm valor de mercado serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor, observado que:

a) a verificação do valor de mercado dos ativos do **FUNDO** terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos ativos do **FUNDO**, levando em consideração volume, co-obrigação e prazo;

b) na precificação dos ativos deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período; e

c) tendo em vista que não há mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam idênticas às dos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do **FUNDO**, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas à eventual inadimplência dos mesmos.

III - Os ativos do **FUNDO** classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” serão avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

O descumprimento de qualquer obrigação dos direitos creditórios pelos devedores, e/ou pelos emissores dos demais ativos componentes da carteira do **FUNDO** será atribuído às quotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedido a somatória de que trata este parágrafo, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do **FUNDO** será atribuída às quotas seniores.

Por outro lado, na hipótese do **FUNDO** atingir o *benchmark* definido no respectivo Suplemento, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às quotas subordinadas, razão pela qual estas quotas poderão apresentar valores diferentes das quotas seniores.

Nos primeiros 45 (quarenta e cinco) dias seguintes à data em que se verificar a impontualidade de pagamentos dos direitos creditórios pelos Sacados, serão adotadas as disposições do COSIF, editado pelo BACEN, para provisão de valores em atraso. A partir do 46º (quadragésimo sexto) dia de sua impontualidade, os Direitos Creditórios Inadimplidos terão seus valores integralmente provisionados.

Entender-se-á por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

FATORES DE RISCO

Não obstante a diligência da **GESTORA** em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a **GESTORA** mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o Quotista.

Os recursos que constam na carteira do **FUNDO** e os Quotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

- (i) **Risco de Crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme

o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do **FUNDO**;

- (ii) **Risco proveniente da falta de registro dos contratos de cessão:** Por se tratar de um **FUNDO** que poderá adquirir direitos creditórios de uma multiplicidade de Cedentes domiciliados em diversas localidades no território brasileiro, o **FUNDO** adota como política não registrar os contratos de cessão e seus anexos em cartório de registro de títulos e documentos em função da complexidade operacional e dos custos do registro. Assim sendo, a não realização do referido registro, ou a não utilização de instrumento público para a formalização dos contratos de cessão e anexos poderá representar risco ao **FUNDO** em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelos Cedentes a mais de um cessionário. O **FUNDO** não poderá reclamar direitos creditórios cedidos a terceiros ou valores em relação a direitos creditórios elegíveis pagos por Sacados a terceiros de boa fé adquirentes dos mesmos direitos creditórios cedidos ao **FUNDO**. O **FUNDO** poderá sofrer perdas, não podendo a **ADMINISTRADORA**, a **GESTORA** ou o **CUSTODIANTE** ser de qualquer forma responsabilizados por tais perdas.
- (iii) **Risco de Liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a **GESTORA** poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a **GESTORA** a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos Quotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- (iv) **Risco de Derivativos:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do **FUNDO**, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Quotistas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**.
- (v) **Risco de Mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das quotas e perdas aos Quotistas.
- (vi) **Risco de Concentração:** A **GESTORA** buscará diversificar a carteira do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do **FUNDO** em um único emissor de títulos, ou em direitos creditórios cujo devedor seja um único Sacado, maior será a vulnerabilidade do **FUNDO** em relação ao risco de crédito desse emissor ou Sacado.
- (vii) **Risco de Descasamento:** Os direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO** são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as quotas tem como parâmetro a taxa média do CDI, conforme previsto no Regulamento. Por esta razão, a **GESTORA**, sempre que possível, contratará operações de derivativos. No entanto, há a possibilidade de a **GESTORA** não conseguir contratar tais operações. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as quotas, inclusive seniores.

- (viii) **Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **GESTORA** e da **ADMINISTRADORA** tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**, (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Sacados, e (c) incremento significativo nas solicitações de resgates de quotas seniores. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Quotistas e atrasos nos pagamentos dos regastes.
- (ix) **Risco decorrente da multiplicidade de Cedentes:** O **FUNDO** está apto a adquirir Direitos Creditórios de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo **FUNDO**, pela **GESTORA**, pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**, de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre os Cedentes e os respectivos Sacados podem não ser previamente identificados pelo **FUNDO**, pela **GESTORA**, pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**. Caso os Direitos Creditórios Elegíveis não sejam pagos integralmente pelos respectivos Sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Sacado e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda e os respectivos Cedentes não restituam ao **FUNDO** o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos Direitos Creditórios Elegíveis, os resultados do **FUNDO** poderão ser afetados negativamente.
- (x) **Riscos do Mercado Secundário:** O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das quotas seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas quotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de quotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.
- (xi) **Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial:** Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao **FUNDO**, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o **FUNDO** recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao **FUNDO**.
- (xii) **Risco de Resgate das Quotas do FUNDO em Direitos Creditórios:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as quotas seniores poderão ser resgatadas em direitos creditórios. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis;
- (xiii) **Risco de Atraso no Pagamento do Resgate:** Poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os Direitos Creditórios são classificados no ativo do **FUNDO** como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.
- (xiv) **Risco de irregularidades na documentação comprobatória dos Direitos Creditórios:** O **CUSTODIANTE** realizará a verificação da regularidade da Documentação Comprobatória dos Direitos Creditórios por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao **FUNDO**, a carteira do **FUNDO** poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo **FUNDO** das prerrogativas decorrentes da titularidade dos

Direitos Creditórios. A **CONSULTORA** realizará a guarda dos Documentos Representativos de Crédito. Neste caso a **CONSULTORA** tem a obrigação de permitir ao **CUSTODIANTE** e à **ADMINISTRADORA** ou terceiros por eles indicados livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos por terceiro contratado pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**.

- (xv) **Risco de verificação dos Direitos Creditórios por amostragem:** considerando que **CUSTODIANTE** realizará a verificação trimestral da regularidade da Documentação Comprobatória dos Direitos Creditórios por amostragem, há risco da metodologia utilizada pelo **CUSTODIANTE** apresentar resultados em discordância com a realidade, podendo ocorrer eventuais distorções entre os resultados apresentados pela verificação por amostragem e os efetivamente obtidos.
- (xvi) **Risco Societário da CONSULTORA:** A LAVORO FACTORING LTDA. é uma empresa que conta com apenas dois sócios, sendo que seu sócio principal é proprietário de quotas representativas de 67% de seu capital social, e tem forte atuação no dia-a-dia de seus negócios. Tendo em vista a relevância da empresa na estrutura do **FUNDO**, qualquer alteração pode implicar em risco de continuidade.
- (xvii) **Demais Riscos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA**, do **CUSTODIANTE**, da **CONSULTORA** ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Não há situações em que ocorra o pré-pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis.

EMIÇÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS

As quotas do **FUNDO** serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as quotas serão escriturais, terão números inteiros e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de Quotista. Observado o abaixo disposto, as características, os direitos e obrigações das quotas seniores e subordinadas serão idênticos.

Apenas as quotas seniores da 1ª Série serão publicamente distribuídas, observadas as condições de subscrição e pagamento constantes do anúncio de início de distribuição da 1ª Série e do respectivo Suplemento, ao passo que as quotas subordinadas serão subscritas pela **CONSULTORA** e/ou por seus quotistas/acionistas, nos termos dos Boletins de Subscrição e Integralização.

As quotas seniores da 1ª Série do **FUNDO** são avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Esta avaliação é feita periodicamente a cada trimestre.

Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das quotas seniores da 1ª Série do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – comunicação pela **ADMINISTRADORA** a cada Quotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO**; e

II – disponibilização, na sede da **ADMINISTRADORA**, do relatório da empresa de classificação de risco.

A integralização, a amortização e o resgate de quotas seniores e subordinadas do **FUNDO** podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito, transferência eletrônica disponível ou por qualquer outro mecanismo admitido pelo BACEN.

Para o cálculo do número de quotas a que tem direito o investidor quando da aplicação, serão deduzidas do valor entregue à **ADMINISTRADORA** quaisquer taxas ou despesas previstas neste Regulamento.

Em vista da CPMF, as aplicações em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: a integralização de quotas deverá ser realizada por meio dos mecanismos de transferência indicados acima, concomitantemente à venda, pelos Cedentes, de direitos creditórios em valor correspondente ao líquido integralizado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Será admitida a integralização total ou parcial de quotas subordinadas do **FUNDO**, com direitos creditórios que se enquadrem na política de investimento do **FUNDO**. Nesta hipótese, serão observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento, bem como os critérios definidos no Anúncio de Início de Distribuição de Quotas e no Boletim de Subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das quotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso o valor da quota subordinada seja parcialmente integralizado em direitos creditórios, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos direitos creditórios utilizados na referida integralização.

As quotas subordinadas poderão, ainda, ser resgatadas em direitos creditórios. Em vista da CPMF, os resgates em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: o resgate de quotas será efetivado somente em débito e crédito em conta corrente, por meio dos mecanismos de transferência indicados acima, simultaneamente à compra, pelo Quotista, de direitos creditórios, em valor correspondente ao líquido resgatado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Na emissão de quotas seniores e subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor no mesmo dia ao da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na conta do **FUNDO**. Para fins de amortização e resgate das quotas seniores e subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor do dia do pagamento da amortização respectiva.

As quotas seniores da 1ª Série, bem como as quotas subordinadas da 1ª Série terão valor unitário de emissão idêntico na primeira data de emissão das quotas da 1ª Série.

O preço de subscrição das quotas seniores da 1ª Série poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

No ato da subscrição das quotas, o subscritor assinará boletim de subscrição que será autenticado pela **ADMINISTRADORA**. Do boletim de subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II – quantidade e classe de quotas subscritas; III - preço de subscrição e condições para sua integralização; e IV dados bancários para amortização e/ou resgate.

A critério da **ADMINISTRADORA**, seguindo orientações da **GESTORA**, novas quotas do **FUNDO**, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos Quotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados neste Regulamento. Assim sendo, o **FUNDO** poderá distribuir e manter séries distintas de quotas seniores concomitantemente em circulação e em quantidades e condições previamente estabelecidas em seu respectivo Suplemento, no Prospecto e no Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356.

Não haverá direito de preferência para os Quotistas da 1ª Série do **FUNDO**, ou para os Quotistas de quaisquer das séries subseqüentes à 1ª Série, na aquisição de quotas de eventuais novas séries de quotas que possam vir a ser emitidas pelo **FUNDO**.

Na emissão de quotas mencionadas acima, a **ADMINISTRADORA** deverá emitir tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do artigo 43 do Regulamento.

As quotas mencionadas acima deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no aviso de Início de Distribuição de Quotas Seniores respectivo e no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição para a subscrição de quotas.

O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

As quotas seniores de quaisquer das Séries emitidas pelo **FUNDO** terão registro para negociação no mercado secundário na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no ambiente de negociação Bovespa Fix, na Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. - SOMA, no ambiente de negociação Soma Fix. A critério da **ADMINISTRADORA**, seguindo orientações da **GESTORA**, poderá, adicionalmente, ser providenciado o registro junto à CETIP, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de quotas somente seja feita por investidores qualificados.

As quotas seniores de quaisquer das Séries emitidas pelo **FUNDO** não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

Enquanto existirem quotas seniores em circulação, o **FUNDO** obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia tratada no artigo 43 do Regulamento.

O **CUSTODIANTE** constituirá Reserva de Amortização, de acordo com a estrutura abaixo descrita, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos Creditórios Elegíveis da carteira para os ativos relacionados no artigo 5º do Regulamento.

I - 60 (sessenta) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 30% (trinta por cento) do valor estimado da amortização das quotas seniores;

II - 45 (quarenta e cinco) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 70% (setenta por cento) do valor estimado da amortização das quotas seniores; e

III - 30 (trinta) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 100% do valor estimado da amortização das quotas seniores.

Caso a **ADMINISTRADORA** seja informada pelo **CUSTODIANTE** não ser possível a formação da Reserva de Amortização de acordo com o descrito acima, a **ADMINISTRADORA** interromperá a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

Os recursos da Reserva de Amortização serão exclusivamente alocados na aquisição dos ativos indicados no artigo 5º do Regulamento. Os rendimentos auferidos pelas aplicações da Reserva de Amortização serão revertidos exclusivamente ao **FUNDO**.

A amortização das quotas seniores de quaisquer das séries do **FUNDO** poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de quotas previstos para cada série, na impossibilidade de enquadramento do **FUNDO** à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios Elegíveis.

A antecipação do início da amortização de quotas seniores do **FUNDO** poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do **FUNDO** ou de sua liquidação antecipada.

Por ocasião do resgate, a **ADMINISTRADORA** observará, no que for cabível, os procedimentos definidos neste Capítulo e no Capítulo XVI do Regulamento.

O **FUNDO** não efetuará amortizações, resgates e aplicações em sábados, domingos, ou em dias não úteis. Se a data de amortização ou resgate ocorrer em dia não útil, o pagamento da amortização ou do resgate será efetuado no primeiro dia útil subsequente. Para fins do disposto neste artigo entende-se por dia útil aquele definido no parágrafo 2º do artigo 13 do Regulamento.

RAZÃO DE GARANTIA

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução 356, com redação dada pela Instrução 393, a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO** será de 75% (setenta e cinco por cento). Isto quer dizer que o **FUNDO** deverá ter 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio representado por quotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e estará disponível na sede da **ADMINISTRADORA**.

Na hipótese de inobservância do percentual mencionado acima, com quotas subordinadas representando menos que 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** por 03 (três) dias consecutivos serão adotados os seguintes procedimentos:

I - A **ADMINISTRADORA** comunicará, imediatamente, tal ocorrência à **CONSULTORA**, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

- a) noticiará o fato e solicitará à **CONSULTORA** que providencie o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 05 (cinco) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;
- b) informará aos Quotistas subordinados o número mínimo de quotas subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado no *caput*.

II - Os Quotistas subordinados deverão subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso I deste parágrafo, tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e quotas seniores mencionada no *caput*.

III - Na hipótese de a **ADMINISTRADORA** verificar que, decorrido o prazo do inciso II deste parágrafo, não se alcançou o restabelecimento da relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, quer em virtude da não subscrição, por parte dos Quotistas subordinados, de um número de quotas subordinadas suficientes para atender ao disposto no inciso II deste parágrafo quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre: a) providências a serem tomadas pela **ADMINISTRADORA**; b) substituição da **ADMINISTRADORA** no exercício das funções em relação ao **FUNDO**; e/ou c) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

Em razão do disposto acima, a **ADMINISTRADORA**, seguindo orientações da **GESTORA**, poderá providenciar a emissão de quotas subordinadas do **FUNDO** a qualquer tempo, a fim de re-estabelecer a relação patrimonial prevista no aludido artigo, as quais poderão ser subscritas nos moldes do previsto no Capítulo XIII do Regulamento.

ASSEMBLÉIA GERAL

Será de competência privativa da Assembléia Geral de Quotistas do **FUNDO**:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;

II - alterar o Regulamento do **FUNDO**, inclusive para prorrogar o prazo de duração da 1ª Série, desde que previamente submetido e devidamente aprovado pela Agência Classificadora de Risco;

III - deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA** e/ou da **GESTORA**;

IV - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela **ADMINISTRADORA**, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e

V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do **FUNDO**.

O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;

II - não exercer cargo ou função na **ADMINISTRADORA**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

III - não exercer cargo ou função na **GESTORA**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

IV - não exercer cargo na **CONSULTORA**.

A convocação da Assembléia Geral de Quotistas do **FUNDO** far-se-á mediante anúncio publicado no Diário Mercantil, do qual constará, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos Quotistas.

Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos Quotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Para efeito do acima disposto, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio da primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde a **ADMINISTRADORA** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da **ADMINISTRADORA**.

Independentemente das formalidades acima previstas, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Para efeito do disposto acima, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio de primeira convocação.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de Quotistas pode reunir-se por convocação da **ADMINISTRADORA** ou de Quotistas possuidores de quotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das quotas emitidas.

Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Quotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de quotas dos Quotistas presentes, correspondendo a cada quota um voto, ressalvado o disposto abaixo.

As deliberações relativas às matérias previstas no artigo 44, inciso I do Regulamento serão tomadas em primeira convocação pela maioria das quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das quotas dos presentes.

As deliberações sobre as matérias indicadas no Artigo 44, incisos II, III, IV, V e VI do Regulamento dependerão de aprovação, em Assembléia Geral, de Quotistas que representem 85% (oitenta e cinco por cento) das quotas emitidas com direito a voto nos termos do referido Artigo 44.

Somente podem votar na Assembléia Geral os Quotistas do **FUNDO**, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na Assembléia Geral a **ADMINISTRADORA**, a **GESTORA** e seus empregados.

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação referida no *caput* deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista.

As modificações aprovadas pela Assembléia Geral de Quotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I – lista de Quotistas presentes na Assembléia Geral;
- II – cópia da ata da Assembléia Geral;
- III – exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV – modificações procedidas no prospecto.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, caberá à **ADMINISTRADORA** ou aos Quotistas interessados, convocar uma Assembléia Geral de Quotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pela **ADMINISTRADORA**, delibere sobre a continuidade do **FUNDO** ou sua liquidação antecipada, e conseqüente definição de cronograma de pagamentos dos quotistas:

I - inobservância pela **ADMINISTRADORA** de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo VI do Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação;

II - renúncia da **ADMINISTRADORA** à administração do **FUNDO** não resolvida em 30 (trinta) dias;

III - inobservância pelo **CUSTODIANTE** de seus deveres e obrigações previstos no parágrafo 1º do artigo 19 do Capítulo VIII do Regulamento, desde que, notificado pela **ADMINISTRADORA** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;

IV - aquisição, pelo **FUNDO**, de direitos creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme exposto no Capítulo V do Regulamento, verificada pelo **CUSTODIANTE**;

V - rebaixamento da classificação de risco inicial de quotas seniores do **FUNDO** em um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;

VI - inobservância pela **CONSULTORA** dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Consultoria Especializada, de Cobrança e de Depósito com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificada pelo **CUSTODIANTE** para sanar ou justificar o descumprimento, a **CONSULTORA** não o fizer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação;

VII - não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das quotas seniores;

VIII - caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às quotas seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;

IX – se houver resilição do Contrato de Custódia e não tenha sido deliberado pelos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, a escolha de um novo custodiante para o **FUNDO** no prazo de 30 (trinta) dias;

X - existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos Creditórios não foram regularmente e devidamente formalizados;

XI – alteração do controle estatutário da **CONSULTORA**; e

XII - ocorrência de quaisquer eventos que no entendimento da **ADMINISTRADORA** ou da **GESTORA** acarrete um potencial risco adicional aos titulares de quotas seniores de quaisquer séries.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a **ADMINISTRADORA** suspenderá imediatamente os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. Concomitantemente, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 10 (dez) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do **FUNDO**. Caso a Assembléia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a **ADMINISTRADORA** deverá implementar os procedimentos definidos no artigo 54 do Regulamento, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.

Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de quotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para resgate das mesmas e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de quotas seniores.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O **FUNDO** será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

I - por deliberação de Assembléia Geral de Quotistas, nas hipóteses descritas no artigo 43, parágrafo 1º, artigo 17, parágrafo 1º e artigo 18, II, “b”, ambos do Regulamento;

II - se o **FUNDO** mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro **FUNDO** de Investimento em Direitos Creditórios;

III - caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação; e

IV – impossibilidade do **FUNDO** adquirir direitos creditórios admitidos por sua política de investimentos.

Nas hipóteses do inciso I supra, se a decisão da Assembléia Geral for a de não liquidação do **FUNDO**, fica desde já assegurado o resgate das quotas seniores dos Quotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Na liquidação antecipada do **FUNDO**, não havendo a disponibilidade de recursos, os Quotistas do **FUNDO** poderão receber Direitos Creditórios Elegíveis constantes da carteira do **FUNDO**, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das quotas, os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de quotas detida por cada titular sobre o valor total das quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a **ADMINISTRADORA** estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o **FUNDO** perante as autoridades competentes.

A **ADMINISTRADORA** deverá notificar os Quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da **ADMINISTRADORA** perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

Caso os titulares das quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de quotas seniores que detenha a maioria das quotas seniores em circulação.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a **ADMINISTRADORA** deverá i) notificar os Quotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate ou amortização em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de direitos creditórios; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de quotas do **FUNDO** definidos acima. A **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os Quotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos Quotistas dissidentes de que trata o parágrafo 1º do artigo 54 do Regulamento.

Após o pagamento das despesas e encargos do **FUNDO**, será pago aos titulares de quotas seniores, se o patrimônio do **FUNDO** assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 23 do Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das quotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das quotas seniores, será pago aos titulares de quotas subordinadas, conforme a respectiva quantidade de quotas de cada titular, observando-se:

I - os Quotistas poderão receber tal pagamento em direitos creditórios, nos termos do parágrafo 2º do artigo 54 do Regulamento, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 23 do Regulamento, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, e;

II – que **ADMINISTRADORA** poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios de titularidade do **FUNDO**, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 23 do Regulamento, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do **FUNDO**, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das quotas seniores e quotas subordinadas.

A liquidação do **FUNDO** será gerida pela **ADMINISTRADORA**, observando: i) as disposições do Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral, e; ii) que cada quota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais quotas de mesma classe.

TAXAS

A **ADMINISTRADORA** receberá pelos serviços de administração da carteira do **FUNDO** uma taxa de administração equivalente a 1,70% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**.

A remuneração da **ADMINISTRADORA** é calculada e apropriada por dia útil, com base no percentual referido acima sobre o valor diário do patrimônio líquido do **FUNDO**, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

O **CUSTODIANTE** receberá pelos serviços de atividades de custódia do **FUNDO** uma remuneração de 0,33% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**, que será debitada do **FUNDO**. Nos primeiros três meses contados da data da primeira integralização de quotas seniores, a remuneração do **CUSTODIANTE** pelos serviços de custódia do **FUNDO** não será inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Do quarto ao sexto mês contados da data da primeira integralização de quotas seniores, a remuneração do **CUSTODIANTE** pelos serviços de custódia do **FUNDO** não será inferior a R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) e a partir do sétimo mês contado da data da primeira integralização de quotas seniores, a referida remuneração não será inferior a R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais). Para a prestação dos serviços de escrituração das quotas do **FUNDO**, o **CUSTODIANTE** fará jus a uma remuneração fixa mensal de R\$750,00 (setecentos e cinquenta reais), que será debitada da parcela da taxa de administração atribuída à **GESTORA**. A remuneração do **CUSTODIANTE** será provisionada mensalmente e paga diretamente pelo **FUNDO** até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

Para efeitos do disposto no Regulamento, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário.

A **ADMINISTRADORA** pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

O **FUNDO** não possui taxa de ingresso, de performance e/ou taxa de saída.

TRIBUTAÇÃO

TRIBUTAÇÃO SOBRE O FUNDO:

IOF

As aplicações realizadas pelo **FUNDO** estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

CPMF

As operações realizadas pelo **FUNDO**, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo **FUNDO** no resgate das quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

IR

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira são isentos do Imposto de Renda.

TRIBUTAÇÃO SOBRE OS QUOTISTAS:

IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação das Quotas do **FUNDO**, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do **FUNDO** efetuadas com recursos detidos (i) nas contas correntes de depósito a vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); e (ii) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento).

IR

Sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelos Quotistas incide o IR-Fonte. Para os rendimentos auferidos a partir de 01 de janeiro de 2005, as alíquotas são regressivas em razão da classificação do fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios) ou de curto prazo (carteira com prazo médio igual ou inferior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios), e após a definição da classificação do **FUNDO** segundo este critério, a alíquota varia, ainda, de acordo com o prazo de permanência da aplicação do investidor, conforme abaixo descrito:

(i) Fundo de longo prazo:

22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;

20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;

17,5% - prazo da aplicação de 361 dias até 720 dias; e

15,0% - prazo da aplicação acima de 720 dias.

(ii) Fundo de curto prazo:

22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias; e

20,0% - prazo da aplicação acima de 180 dias.

Os prazos referidos acima são considerados a partir da data da aplicação.

AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota aplicável com base no prazo médio da Carteira.

ALIENAÇÃO DE QUOTAS DO FUNDO A TERCEIROS

Na hipótese de alienação de quotas do **FUNDO** em bolsa de valores, o ganho líquido (diferença positiva entre o preço de venda e o respectivo custo de aquisição) auferido está sujeito ao imposto de renda, à alíquota de 15%. Neste caso, o imposto de renda será apurado e pago pelo próprio Quotista. No caso de pessoa física, a tributação é definitiva, não sendo tais ganhos incluídos no cálculo do imposto de renda sobre rendimentos sujeitos ao ajuste anual. No caso de pessoa jurídica, a tributação será antecipação do imposto de renda devido ao final do ano. Não obstante, no caso de pessoa jurídica isenta de imposto de renda, o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos mensais será considerado definitivo, tal como ocorre com as pessoas físicas.

Adicionalmente, ao alienar quotas do **FUNDO** em bolsa de valores, haverá a incidência de IR-Fonte à alíquota de 0,005%, calculado sobre o valor de alienação (dispensada a retenção do IR-Fonte cujo valor seja igual ou inferior a R\$1,00), neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediária que receber a ordem de alienação do Quotista do **FUNDO**.

O valor do IR-Fonte referido no parágrafo anterior poderá ser: (i) deduzido do imposto de renda sobre ganhos líquidos apurados no mês; (ii) compensado com o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes; (iii) compensado na declaração de ajuste anual (se pessoa física) caso, após a dedução de que tratam os itens (i) e (ii), houver saldo de IR-Fonte retido; e (iv) compensado com o imposto de renda devido sobre o ganho de capital na alienação das quotas.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

As atividades de administração do **FUNDO** serão exercidas pela **ADMINISTRADORA**.

As atividades de gestão da carteira do **FUNDO** serão exercidas pela **GESTORA**.

OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA

Incluem-se entre as obrigações da **ADMINISTRADORA**:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos Quotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
- d) o livro de presença de Quotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**; e
- h) os relatórios do auditor independente.

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao Quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV - divulgar, anualmente, no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem quotas desse, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO**;

V - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VI - fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a **ADMINISTRADORA** e o **FUNDO**;

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

IX – informar, em até 5 (cinco) dias úteis, à Agência Classificadora de Risco:

- a) a substituição da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE**, da **GESTORA**, da **CONSULTORA** e da empresa de auditoria independente;
- b) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação, nos termos do Regulamento;
- c) o desenquadramento da Razão de Garantia; e
- d) a celebração de aditamentos a qualquer contrato relacionado ao **FUNDO** que tenha sido analisado quando da primeira classificação de risco das quotas seniores; e

X – disponibilizar para a Agência Classificadora de Risco os relatórios preparados pelo **CUSTODIANTE** nos termos do Contrato de Custódia.

A divulgação das informações prevista no inciso IV acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da **ADMINISTRADORA** pela regularidade na prestação destas informações.

A **ADMINISTRADORA**, observadas as limitações legais e da Instrução 356 e do Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembléias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**.

VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA

É vedado à **ADMINISTRADORA**:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III - efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de quotas deste.

As vedações de que tratam os incisos I a III acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da **ADMINISTRADORA**, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Excetuam-se do anteriormente disposto a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do **FUNDO**, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo III do Regulamento.

É vedado à **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir quotas do próprio **FUNDO**;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356, bem como no Regulamento;

VI – vender quotas do **FUNDO** a prestação;

VII – vender quotas do **FUNDO** a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de quotas subordinadas;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;

IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução 356;

XI – obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

A **ADMINISTRADORA**, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, pode renunciar à administração do **FUNDO**, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de Quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução 356.

Na ocorrência da hipótese descrita acima, a **ADMINISTRADORA** deverá permanecer no cargo e no pleno exercício de suas funções pelo período mínimo de 30 (trinta) dias contados da data do aviso mencionado no parágrafo acima, ou por prazo inferior, conforme determinado pelos Quotistas, até que a instituição substituta escolhida pelos Quotistas assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações da **ADMINISTRADORA** e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e as condições do Regulamento. Caso os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, não indiquem instituição administradora substituta até o final do prazo de 30 (trinta) dias mencionado acima, ou por qualquer razão nenhuma instituição assuma efetivamente, nesse prazo, todos os deveres e obrigações da **ADMINISTRADORA**, a **ADMINISTRADORA** convocará uma Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a liquidação do **FUNDO** e comunicará o evento à CVM.

Nas hipóteses de substituição da **ADMINISTRADORA** e de liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria **ADMINISTRADORA**.

No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da **ADMINISTRADORA**, deve automaticamente ser convocada Assembléia Geral de Quotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de Quotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição da **ADMINISTRADORA**, no exercício das funções de administração do **FUNDO**; ou b) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

As atividades de custódia e controladoria do **FUNDO** previstas nos artigos 38 e 39 da Instrução 356 e as atividades de escrituração de quotas do **FUNDO** serão exercidas pelo **CUSTODIANTE**.

O **CUSTODIANTE** é responsável pelas seguintes atividades:

I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios;

II - validar os direitos creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;

III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos documentos relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores;

VI - cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e

VII – valorar as quotas do **FUNDO**, conforme disposto no Artigo 23 do Regulamento.

O **CUSTODIANTE** deverá contratar a **CONSULTORA** para efetuar a guarda dos Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis, de acordo com o disposto no Contrato de Consultoria Especializada, de Cobrança e de Depósito a ser celebrado entre o **CUSTODIANTE**, o **FUNDO** e a **CONSULTORA**.

A contratação, pelo **CUSTODIANTE**, da **CONSULTORA** não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência e/ou controle, pela **CONSULTORA** e/ou pelos respectivos Cedentes, sobre os Direitos Creditórios Elegíveis, tampouco eximirá o **CUSTODIANTE** de suas obrigações de custódia, conforme previstas no Contrato de Custódia celebrado entre a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** e na regulamentação em vigor.

Em decorrência da expressiva diversificação de devedores e significativo volume de créditos cedidos, o **CUSTODIANTE** verificará, trimestralmente, após a ocorrência de cada cessão, o lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis por amostragem, comunicando o resultado dessa verificação à **ADMINISTRADORA** e à Agência Classificadora de Risco. Independentemente do disposto neste parágrafo, o **CUSTODIANTE**, diretamente ou por meio de terceiros contratados sob sua responsabilidade, poderá verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto aos Cedentes, a existência e formalização dos Documentos Representativos dos Créditos e o cumprimento com relação à guarda e organização destes documentos, tudo nos termos do Contrato de Custódia.

O **CUSTODIANTE** efetuará a verificação por amostragem referida acima, utilizando-se de amostra probabilística aleatória, nos termos da seguinte fórmula:

$n_o = \frac{1}{E_o^2}$		$n = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$

E_o = erro amostral tolerável

N = tamanho da população

O erro amostral tolerável a ser utilizado será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza do recebível; qualidade do Cedente a ser analisado; quantidade de revisões já efetuadas para determinado fundo e seus respectivos resultados observados.

O universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os direitos creditórios adquiridos desde a última revisão, exceto para a primeira revisão, que compreenderá a totalidade dos direitos creditórios de titularidade do **FUNDO**. A seleção dos direitos creditórios será obtida: (i) dividindo-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, será retirado um para a amostra.

CONSULTORIA ESPECIALIZADA

Conforme faculta o artigo 24, inciso XI, alínea “b” e o artigo 39, inciso I, ambos da Instrução 356, o **FUNDO** utiliza, ainda, os serviços especializados da **CONSULTORA**. Tais serviços consistem:

I – no prévio cadastramento dos Cedentes;

II – na análise de crédito de potenciais Sacados dos direitos creditórios a serem cedidos ao **FUNDO**;

III - na análise dos direitos creditórios ofertados ao **FUNDO**;

IV - receber e analisar a documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios a serem cedidos ao **FUNDO**;

V – verificar o atendimento dos direitos creditórios ofertados ao **FUNDO** às Condições de Cessão;

VI - efetuar a guarda dos Documentos Representativos de Crédito, cabendo à **CONSULTORA** a responsabilidade pelo depósito dos Documentos Representativos de Crédito, na qualidade de depositária fiel dos documentos relacionados aos direitos creditórios; e

VII - notificar os Sacados dos Cedentes a respeito da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

A **CONSULTORA** receberá pelos serviços de consultoria especializada uma remuneração equivalente a uma taxa de 0,75% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO** que será debitada da taxa de administração devida à **ADMINISTRADORA**. A remuneração da **CONSULTORA** será paga diretamente pelo **FUNDO** e é calculada e apropriada por dia útil, com base no percentual referido acima sobre o valor diário do patrimônio líquido do **FUNDO**, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços de consultoria.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO

As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Enquanto a CVM não editar as referidas normas, aplicam-se ao **FUNDO** as disposições do COSIF, editado pelo BACEN.

O exercício social do **FUNDO** tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de dezembro de cada ano.

A **ADMINISTRADORA** deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

I - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

II - de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do **FUNDO**, além da remuneração dos serviços de administração e de gestão da carteira do **FUNDO**, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela **ADMINISTRADORA**:

a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;

b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;

c) despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos Quotistas;

d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da **ADMINISTRADORA**;

- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;
- i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, como representante dos Quotistas; e
- l) despesa com a taxa de registro e anuidade na BOVESPA.

Quaisquer outras não previstas como encargos do **FUNDO** devem correr por conta da **ADMINISTRADORA**.

PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

A **ADMINISTRADORA** irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tal como a eventual alteração da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A divulgação das informações deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da **ADMINISTRADORA** e nas instituições que coloquem quotas do **FUNDO**.

A **ADMINISTRADORA** deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I - o número de quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II - a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- III - o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

PERIÓDICO DESTINADO ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO

Publicação de Quotas, Anúncios, Fatos Relevantes, Convocações e demais documentos: Diário Mercantil.

BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

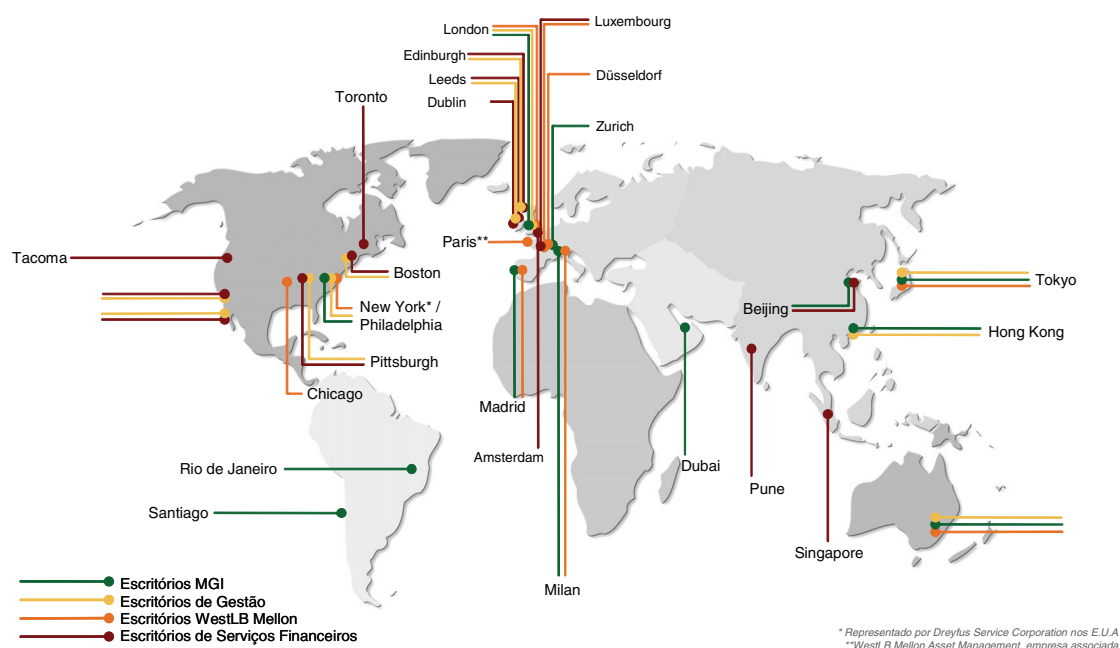
ADMINISTRADORA – MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

O GRUPO MELLON

A Mellon Financial Corporation, fundada em 1869, com sede em Pittsburgh, Pennsylvania, é uma corporação de serviços financeiros que se posiciona entre os líderes em serviços financeiros no mundo com USD 5,5 trilhões de ativos sob serviços de administração, custódia e gestão, sendo USD 905 bilhões sob gestão¹.

Sua posição de liderança em serviços financeiros no mundo é demonstrada pela sua posição como maior custodiante global² e o 12º maior gestor global³. As linhas de negócios em que atua abrangem gestão de recursos em fundos exclusivos, mútuos e patrimônios, e soluções de tecnologia para serviços financeiros para clientes institucionais e corporativos.

São 16.700 funcionários no mundo, alocados nos escritórios da Mellon no mundo. Segue abaixo um detalhamento da presença global da corporação.



Mellon oferece uma larga gama de produtos e serviços financeiros por meio de suas diversas empresas afiliadas que estão dentre os mais avançados e reputados nomes para trust e custódia para clientes institucionais, empréstimo de ativos, gestão de investimentos, backoffice de fundos, avaliação de performance, administração de fundos, serviços e controles para investidores e contabilidade de fundos, para clientes corporativos, fundos de pensão públicos, fundações e instituições financeiras globais.

¹ Fonte: Mellon Global Investments, Março de 2007

² Global Custodian, Global Custody Survey, August 2005

³ Fonte: P&I / Watson Wyatt World 500, Pensions & Investments, Sep 2005 (using data as at 31 Dec 2004)

Citamos abaixo o destaque do Mellon no mercado mundial:

- O Grupo Mellon foi considerado o 1º em 23 dos 24 serviços oferecidos, avaliado por gestores e investidores institucionais (Global Custodian, Global Custody Survey, August 2005).
- O Grupo Mellon, ganhou o título de Melhor Custodiante Global: Gestores de Fundos Norte Americanos, Gestores de Fundos Mútuos, Fundos Mútuos e Companhias de Seguro. O Mellon também foi considerado o melhor em 19 dentre 25 categorias de serviços. (Global Investor, Global Custody Survey, May 2005).
- O Grupo Mellon também se classificou em 1º na América do Norte, 1º na Europa Continental, 1º em sua categoria (pelo quarto ano consecutivo), 1º em sua categoria eleito por gestores, 1º em sua categoria eleito pelos fundos de pensão e outros, e 1º em sua categoria eleito por clientes com mais de US\$ 1bi em ativos (R&M Consultants, Global Custody Survey, February 2005).

MELLON NO BRASIL

A Mellon Serviços Financeiros DTVM S/A foi constituída em dezembro de 1997 como uma joint venture entre o Mellon Financial Corporation e o Banco Brascan, para gerir recursos de terceiros no Brasil.

A evolução do portfolio de serviços financeiros e as alterações na estrutura societária fortaleceram a imagem de uma empresa que se adapta às mudanças ocorridas no mercado e às necessidades de seus clientes com técnica e criatividade, resultando, em 2005, na Mellon Serviços Financeiros, subsidiária integral da Mellon Financial Corporation, atuando em quatro linhas de negócios: asset management, asset allocation, asset servicing e corporate governance.



A atividade de asset servicing é exercida pela Mellon Serviços Financeiros DTVM S/A, líder em serviços financeiros para gestores independentes, prestando o serviço de administração de fundos de investimento para 70% dos gestores independentes cadastrados hoje, na Associação Nacional de Bancos de Investimento (ANBID, Fevereiro 2007).

Os serviços de administração, controladoria, representação legal, risco e compliance são prestados para mais de 530 fundos de investimento, somando R\$ 47 bilhões, data-base de Fevereiro de 2007, e zelam pela boa aplicação dos recursos respeitando a legislação vigente, os Regulamentos dos fundos e a integração com a política de investimentos própria dos clientes institucionais e de seus reguladores. Segue abaixo, o Ranking de Administradores de Recursos de Terceiro da ANBID, onde a Mellon figura em 10º lugar, tendo à sua frente os principais bancos comerciais com linhas de distribuição em agências.

Administradores de Recursos de Terceiros		Patrimônio ¹
1	Banco do Brasil	174.743
2	Banco Itaú	139.141
3	Bradesco	117.200
4	Caixa Econômica Federal	53.071
5	HSBC	47.534
6	Santander Brasil	39.981
7	Unibanco	37.441
8	ABN Amro Real	36.477
9	Pactual Asset	35.332
10	Mellon Serviços Financeiros DTVM S/A	31.045
11	Legg Mason Western Asset	20.483
12	Banco Safra de Investimento	18.475
13	Citibank	17.642
14	BEM	16.367
15	Votorantim Asset	15.625

Nota: Nos valores apresentados acima, não são somados os Fundos de Investimentos em Cotas (FIC's), considerados pela Anbid como estruturas de dupla contagem

GESTORA – GLOBAL CAPITAL 2000 ADMINISTRADORA DE RECURSOS S.A.

A GLOBAL CAPITAL Administradora de Recursos surgiu da cisão da área de gestão de créditos securitizados da GLOBALVEST Asset Management, presente há mais de 10 anos no Brasil, para ser uma Asset independente, especializada na gestão de recursos de carteiras e fundos investidos em ativos originados de Securitização de Crédito. Sua estrutura local de Análise de Crédito conta com uma equipe especializada e com experiência neste mercado. As operações de securitização de crédito foram iniciadas no ano de 2004, e desde então, a carteira de crédito da GLOBAL CAPITAL cresceu e superou no início de 2007 o valor de R\$ 350 milhões, provenientes de mais de 80 operações.

CUSTODIANTE – BANCO BRADESCO S.A.

Fundado em 1943, o Banco Bradesco S.A. é atualmente o maior banco múltiplo privado do país e está presente em praticamente todos os municípios do Brasil. A atuação do Bradesco é sustentada por uma rede de atendimento com 13.636 pontos convencionais, entre eles, 2.993 agências e 5.533 unidades do Banco Postal. Encerrou o 1º semestre de 2006 com R\$ 21,5 bilhões de Patrimônio Líquido e R\$ 232,9 bilhões em Ativos Totais.

O Bradesco, há mais de 30 anos, por meio do Departamento de Ações e Custódia, oferece serviços qualificados ao Mercado de Capitais, tais como Custódia de Títulos e Valores Mobiliários, Administração e Controladoria de Fundos de Investimento e Carteiras Administradas, Escrituração de Ativos, Banco Mandatário, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Recebíveis, Trustee, Agente de Compensação, BDRs e DRs, com excelência comprovada por oito certificações ISO 9001:2000. Com metodologia própria e estrutura independente das demais áreas da Organização, aplicando, na prática, o conceito de *Chinese Wall*, o departamento possui profissionais altamente qualificados, responsáveis pela identificação e oferta de soluções inovadoras.

O Departamento de Ações e Custódia presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo, assim, total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

O Banco Bradesco S.A. também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do Código de Auto-Regulação da ANBID.

Fundos de Investimento em Direitos Creditórios

O Banco Bradesco S.A. oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os fundos de investimento em direitos creditórios.

O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo regulamento do fundo e a realização da liquidação física e financeira evidenciada pelo respectivo contrato de cessão de direitos creditórios.

Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Toda essa atividade realizada está à disposição dos órgãos reguladores, agências de rating e auditoria independente, de acordo com a legislação vigente.

CONSULTORA – LAVORO FACTORING LTDA.

A Lavoro Factoring foi fundada em 1999 e é filiada à Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil-Factoring - ANFAC, a Federação Brasileira de Factoring - FEBRAFAC, e dos Sindicatos das Sociedades de Fomento Mercantil-Factoring do Estado do Rio de Janeiro - SINFAC-RJ. A partir de 2002, a Lavoro tornou-se uma das mais importantes empresas de fomento mercantil no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a ANFAC, e abriu filiais em São Paulo e em Belo Horizonte.

AGÊNCIA DE RATING – LFRATING

A LFRating foi criada em 2002 como complemento dos serviços de avaliação de instituições financeiras e não financeiras que a Lopes Filho & Associados já realizava há 26 anos, baseando seus trabalhos em três princípios fundamentais: independência entre o processo e o objeto de classificação; transparência dos fundamentos da classificação e capacidade técnica e ética irrepreensível de todos os envolvidos na classificação.

AUDITORIA – KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG é uma empresa com presença mundial, prestando serviços da mais alta qualidade em diversas áreas, por meio de seus departamentos de Serviços de Auditoria, Assessoria Tributária, Assessoria em Serviços Financeiros e Assessoria em Gestão de Recursos Humanos.

A KPMG foi constituída no Brasil em 1º de julho de 1987, a partir da fusão de três empresas com grande tradição na comunidade de negócios: (i) a Peat Marwick & Mitchell, que posteriormente tornou-se Peat Marwick International (“PMI”), com atuação no Brasil desde 1915; (ii) a Klynveld Main Goerdeler, presente no país desde 1982; e (iii) a Roberto Dreyfuss, empresa brasileira fundada em 1943.

Em 1987, a KPMG e a PMI fizeram a primeira megafusão do mercado de serviços de auditoria, passando todas as firmas associadas a elas a utilizar o nome KPMG. A KPMG atua no Brasil por meio de mais de 1.000 profissionais, em uma rede de nove escritórios operacionais, cada um liderado por um sócio.

Possui escritórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, São Carlos e Jaraguá do Sul.

A KPMG presta serviços nas áreas de auditoria e contabilidade, impostos, fusões e incorporações, investigações especiais, treinamento, avaliações empresariais e assessoria em gestão de recursos humanos.

ASSESSOR LEGAL – FREITAS E LEITE ADVOGADOS

Escritório de advocacia empresarial formado em 1989, conta com ampla experiência e tradição nas áreas de mercado financeiro e de capitais. Freitas e Leite busca fornecer uma assessoria legal de qualidade, compreensiva e ágil, para seus clientes no Brasil e no exterior. O escritório tem, dentre seus clientes, dezenas de instituições financeiras, assemelhadas e outros participantes do mercado, como companhias abertas e fundos de investimento. Freitas e Leite é um assessor jurídico com forte participação em operações de securitização, tendo destacada participação na estruturação de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO

Destacamos abaixo um sumário descrevendo os principais contratos firmados pelo **FUNDO**.

CONTRATO DE CESSÃO

É o principal contrato celebrado pelo **FUNDO**, celebrado por este por meio de sua **ADMINISTRADORA**, e cada Cedente, para a aquisição de Direitos Creditórios. A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretratável, transferindo para o **FUNDO**, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos Creditórios, sem direito de regresso contra o a Cedente, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

CONTRATO DE CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

Contrato celebrado entre a **ADMINISTRADORA**, por conta e ordem do **FUNDO** e o **CUSTODIANTE**, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**, que consistem na liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios e dos outros Ativos Financeiros integrantes da carteira, bem como sua guarda, além da supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial e outras atividades de controle do ativo e passivo do **FUNDO**.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA E DE COBRANÇA DE DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS

Contrato celebrado entre o **FUNDO** e a **CONSULTORA** para a prestação de serviços de consultoria especializada e de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações inerentes à consultoria especializada e à cobrança destes direitos.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

DATA DE INÍCIO DA DISTRIBUIÇÃO: quando da publicação do anúncio de início de distribuição das quotas do **FUNDO**.

DATA DE TÉRMINO/RESULTADO DA DISTRIBUIÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição das quotas do **FUNDO**.

FORMA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA: via WEB, por meio do endereço eletrônico <http://www.mellonservicosfinanceiros.com.br> e publicação no Diário Mercantil.

SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E PRORROGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO:

A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da presente Instrução ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A CVM deverá proceder à suspensão da oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da oferta e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão do contrato de distribuição importará no cancelamento do registro.

A **ADMINISTRADORA** do **FUNDO** deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Terão direito à restituição integral dos valores, bens ou direitos dados em contrapartida aos valores mobiliários ofertados, na forma e condições do presente Prospecto: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima.

ALTERAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA: Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos do **FUNDO** e inerentes à própria oferta, será solicitada à CVM a alteração ou revogação da oferta de distribuição pública de quotas do Fundo.

A alteração e/ou revogação da oferta de distribuição de quotas do **FUNDO** será imediatamente comunicada aos investidores através de correio eletrônico e publicação no Diário Mercantil.

O investidor deverá comunicar a sua discordância com a alteração da oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da alteração da oferta, sendo que o silêncio do investidor será considerado como aceitação da alteração da oferta. O investidor que manifestar sua discordância em relação à alteração da oferta será restituído dos valores investidos no Fundo, na forma e no prazo a serem informados no anúncio de alteração da oferta.

A revogação da oferta acarretará a restituição ao investidor da quantia aplicada no **FUNDO**, a qual se dará na forma e no prazo informado no anúncio de revogação da oferta.

INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLEMENTOS, PERDAS OU PRÉ-PAGAMENTO

Nas situação em que ocorrer inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, bem como nas situações em que houver pré-pagamento dos Direitos Creditórios, poderá haver, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas.

Ainda, conforme exposto na seção “Fatores de Risco”, eventuais alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor poderão acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do **FUNDO**;

No tocante às estatísticas, a KPMG Auditores Independentes desenvolveu um estudo do histórico de performance dos recebíveis, dos Sacados e das Cedentes da **CONSULTORA**, contemplando o total de duplicatas descontadas com as cedentes no período de 36 meses, compreendido entre 02 de janeiro de 2004 e 31 de dezembro de 2006.

Embora os resultados apresentados não possam ser simetricamente extrapolados para o futuro, até mesmo porque novos clientes de perfil e porte diferenciados serão agregados, fornecem uma sólida base não só sobre o desempenho da carteira, em si, como também em relação ao processos e controles utilizados pela **CONSULTORA**.

Neste contexto, destaca-se os seguintes pontos produzidos pelo referido estudo relativos à carteira:

- Valor total de duplicatas: R\$ 238 milhões, compreendendo 163.323 títulos.
- Produção mensal: mínima de R\$ 2,6 milhões (fev/2005), máxima de R\$ 10,5 milhões (dez/06) e média de R\$ 9,4 milhões nos últimos seis meses encerrados em dezembro de 2006. Esse números são relevantes na medida em que, no limite superior, para operar 95% comprado em direitos creditórios a Consultora terá que aprovar um volume médio mensal da ordem de R\$ 24 milhões, tomando-se por base o prazo médio de vencimento da carteira (a seguir). No limite legal inferior, de 50%, a geração terá que atingir cerca de R\$ 13 milhões. De acordo com informações da Lavoro, o processo de ampliação das atividades encontra-se em curso, devendo ser considerado, adicionalmente, que a operação via FIDC lhe permitirá atuar em um nicho de clientes de maior porte, melhor qualidade de crédito e vencimentos mais longos.
- Ticket médio para o período: R\$ 1.458,00 (mínimo mensal de R\$ 896,00 e máximo de R\$ 2.198,00);
- Distribuição pelo prazo de vencimento (desconto da duplicata com as cedentes até o seu vencimento): é uma carteira de curto prazo. Considerando-se a totalidade das operações o prazo médio ponderado foi de 49 dias. Cerca de 74% do valor das duplicatas teve prazo de até 60 dias, com maior concentração no intervalo de 21 a 30 dias (25,8%).
- Distribuição das duplicatas por cedente: o histórico da carteira contemplou 318 diferentes cedentes, com baixo nível de concentração. As duas mais representativas com 7,64% e 7,32% do volume total e as 30 mais com 67,68%.
- Distribuição das duplicatas por sacado: trata-se de carteira bem pulverizada. Contando com 34.236 sacados, os três principais absorveram 3,42%, 1,11% e 0,65% do valor total das duplicatas descontadas. Os 30 maiores, apenas 14,85%. Vale apenas a ressalva, sem comprometimento da conclusão, no sentido de que nem todos os sacados operaram desde o início do estudo.
- Eventos de recompra: refere-se a eventos de substituição da duplicata vigente por uma outra duplicata. Ocorrem, basicamente, quando: (i) a operação não foi concretizada, por exemplo, a mercadoria não foi entregue no sacado; (ii) a quitação da duplicata foi realizada na cedente, em vez de ser efetivada na Lavoro; (iii) o sacado não quitou a duplicata na data prevista sendo, em alguns casos, substituída pela cedente. Ao longo do período de análise, o percentual de eventos de recompra oscilou de 0,9 (dez/06) a 18,0(nov/2005), totalizando 11,1 no período como um todo (total recomprado / total originado). Cabe a ressalva, especificamente no que diz respeito ao FUNDO, que a cessão é final, ou seja, não haverá recompra. Portanto, este percentual de 11,1 pode ser considerado como não pagamento, exceto no que diz respeito às liquidações ocorridas diretamente na cedente que, de acordo com o Regulamento do FUNDO, terá 24 horas para repassar os recursos ao FUNDO.

- Indicadores de desempenho: descontando-se do total sob análise os 11,1% relativos às duplicatas recompradas, bem como os descontos concedidos e as duplicatas a vencer após 31 de dezembro de 2006, data limite do estudo, chega-se ao montante que venceu até 31 de dezembro de 2006 de R\$ 189 milhões. A análise das duplicatas relativas a este total demonstra liquidações antecipadas de 8,2%; no vencimento de 62,4%; com 1 a 15 dias de atraso 26,4%; de 15 a 30 dias 1,4%; de 30 a 60 dias 0,5% e de 60 a 90 dias 0,1%. O montante de duplicatas vencidas e não pagas totalizou 0,8%. Vale a ressalva que a base de dados apresentou prorrogações de vencimento concedidas aos sacados no montante de R\$ 10,3 milhões (4,3% do total), particularmente nos intervalos de 1 a 10 dias (2,3%), 11 a 20 (0,9%) e 21 a 30 (0,5%).

Em síntese, descontando-se os efeitos dos eventos de recompra e das prorrogações, que certamente serão consideradas, a carteira, de acordo com o *rating* conferido pela **Agência de Classificação de Risco**, apresenta boa performance.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO

DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO DA 1ª SÉRIE	
1) Percentagem em relação ao valor total de quotas seniores	0,6%
2) Comissão de Colocação	0
3) Outras Comissões (especificar):	0
4) Custo Unitário de Distribuição:	R\$ 60,62
5) Despesas decorrentes dos Registros: Registro CVM e Registro CRTD	R\$ 85.000,00
6) Estruturação e Assessoria Jurídica	R\$ 22.500,00
7) Auditoria	R\$ 50.000,00
8) Classificação de Risco	R\$ 35.000,00
9) Assessoria Jurídica	R\$ 50.000,00
Total	R\$ 242.500,00

ATENDIMENTO AO QUOTISTA

Para solicitar maiores informações sobre o **FUNDO**, bem como realizar consultas sobre os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração do **FUNDO**, potenciais investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a **ADMINISTRADORA** por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento e e-mail:

Endereço: Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3947-4500

Fax: (21) 3974-4501

E-mail: fidc@mellonbrasil.com.br

RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E/OU COM A OFERTA

As partes envolvidas com a estruturação do **FUNDO** e/ou com a oferta são sociedades individualizadas e distintas e não pertencem ao mesmo grupo econômico, podendo guardar, no entanto, quaisquer relacionamentos comerciais sem que se configure algum outro tipo de relação jurídica entre elas.

- RELACIONAMENTO ENTRE A ADMINISTRADORA E A GESTORA

Na data deste Prospecto, a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** mantinham relacionamento comercial em razão da **ADMINISTRADORA** ser administradora de outros fundos de investimento, que têm como gestora a **GESTORA**.

- RELACIONAMENTO ENTRE O ADMINISTRADOR E O CUSTODIANTE

Na data deste Prospecto, a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** mantinham relacionamento comercial em razão da **ADMINISTRADORA** ser administradora de outros fundos de investimento, que têm como custodiante o **CUSTODIANTE**.

- RELACIONAMENTO ENTRE A GESTORA E O CUSTODIANTE

Na data deste Prospecto, a **GESTORA** e o **CUSTODIANTE** mantinham relacionamento comercial em razão da **GESTORA** ser gestora de outros fundos de investimento, que têm como custodiante o **CUSTODIANTE**.

- RELACIONAMENTO DA CONSULTORA COM A ADMINISTRADORA, A GESTORA E O CUSTODIANTE

Além dos serviços de administração e gestão do **FUNDO**, na data deste Prospecto, a **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA** não prestavam nenhum outro serviço ou mantinham qualquer outro relacionamento comercial com a **CONSULTORA**.

Na data deste Prospecto, o **CUSTODIANTE** não mantinha qualquer relacionamento comercial com a **CONSULTORA** além daqueles descritos neste Prospecto.

A **ADMINISTRADORA** é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição de quotas seniores do **FUNDO**.

FORO

Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao **FUNDO** ou a questões decorrentes da aplicação do Regulamento.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

- ANEXO I** - Instrumento de Constituição do Fundo
- ANEXO II** - Regulamento
- ANEXO III** - Declaração Referente ao Artigo 56 da Instrução CVM Nº 400
- ANEXO IV** - Relatório da Agência Classificadora de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo - I

- Instrumento de Constituição do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

4ºRTD-RJ - 718604
Emissão: 15/12/2006 às 10:30:41 (11/12/2006)
Módulo: ACOTERJ 7.82 / FET: 12.01
Le: 4 SPARS 9.15 / 14 Emissão: 210.70
DARAM Yoss 3.1 (Novel) 1 (Pais 3)
Prod: Emissão / Assin: N / Data



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO

Por este Instrumento Particular, **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, neste ato, por seus representantes legais, constitui um FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17.12.2001, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

I - Sob a denominação de **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO ("FUNDO")**, fica constituído um FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS nos termos das Instruções CVM nº 356, de 17.12.2001, e nº 393, de 22.07.2003, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;

II - A administração do **FUNDO** será efetuada pela **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, já qualificada;

III - Seu regulamento é ora aprovado e promulgado conforme anexo.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2007.


MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Testemunhas:

1. Camila Lopes Soares Silva
Nome: CAMILA LOPES SOARES SILVA
RG: 12.631.9 000/PJ
CPF: 083.475.757-54

2. Caroline Mollica Caetano
Nome: CAROLINE MOLLIKA CAETANO
RG: 020.212.984-0
CPF: 404.434.984-89



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo - II

- Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

4ºRTD-RJ - 736690

Emol.143,07/Distrib.10,30/Let.111/08.7.66
Mutua/ACOTERJ.7.82 / FETJ.30.67
Lei 4.864/05.7.66 / Tot.Emol.(R\$): 207,18
PARAM Vias 2 / Nome(s): 1 / Págs:39
Proc.Estr. N / Averb. S / Delg:



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTA ALTERAÇÃO DO
REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
LAVORO MULTICRÉDITO**

C.N.P.J./M.F. n.º 08.608.755/0001-85

Pelo presente instrumento particular, a Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61 ("Administrador"), na qualidade de instituição administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO**, inscrito no C.N.P.J./M.F. sob n.º 08.608.755/0001-85 ("**FUNDO**"), em atendimento às exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nos termos do Ofício/CVM/SER/CER-1/Nº 1062/2007, de 12 de junho de 2007, e tendo em vista a inexistência de qualquer quotista do **FUNDO** nesta data, **RESOLVE:**


1. Alterar o regulamento do **FUNDO**; e
2. Aprovar e consolidar a nova versão do regulamento do **FUNDO**, nos termos do documento anexo.

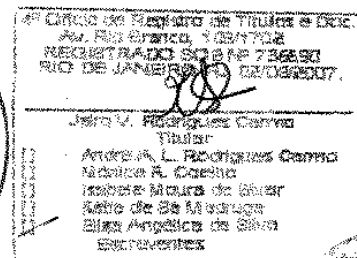
Rio de Janeiro, 02 de agosto de 2007.

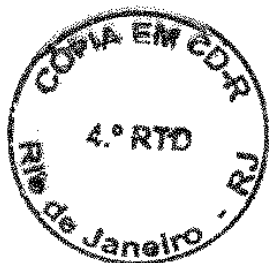

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO

Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro Nº 730980 do Livro B-84
O QUE CERTIFICO, RJ, 02 AGO. 2007


4º OFÍCIO REG. TÍT. DOCS. RJ
Elisa Angélica da Silva
Escrevente Autorizada





ÍNDICE

CAPÍTULO I - DO FUNDO, DEFINIÇÕES E PÚBLICO ALVO.....	3 -
CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO FUNDO.....	6 -
CAPÍTULO III - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	6 -
CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO.....	7 -
CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	7 -
CAPÍTULO VI - DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO.....	9 -
CAPÍTULO VII - SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA.....	12 -
CAPÍTULO VIII - DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO	12 -
CAPÍTULO IX - DA CONSULTORIA ESPECIALIZADA	14 -
CAPÍTULO X - POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS ...	15 -
CAPÍTULO XI – DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO.....	17 -
CAPÍTULO XII – DOS FATORES DE RISCO.....	20 -
CAPÍTULO XIII – DA EMISSÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE QUOTAS	23 -
CAPÍTULO XIV - DA RAZÃO DE GARANTIA.....	27 -
CAPÍTULO XV - DA ASSEMBLÉIA GERAL	27 -
CAPÍTULO XVI – EVENTOS DE AVALIAÇÃO	29 -
CAPÍTULO XVII – LIQUIDAÇÃO DO FUNDO.....	31 -
CAPÍTULO XVIII - DOS ENCARGOS DO FUNDO.....	32 -
CAPÍTULO XIX - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS.....	33 -
CAPÍTULO XX – DO FORO.....	34 -
ANEXO I - SUPLEMENTO.....	35 -
ANEXO II.....	38 -
INFORMAÇÕES CADASTRAIS MÍNIMAS DOS CEDENTES DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO	38 -
ANEXO III – PROCEDIMENTO DE MONITORAÇÃO DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO JUNTO AOS SACADOS.....	39 -



REGULAMENTO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO

CAPÍTULO I - DO FUNDO, DEFINIÇÕES E PÚBLICO ALVO

Artigo 1º: O **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO** é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração, regido pelo Regulamento (o "Regulamento") e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º: Para o efeito do disposto no Regulamento e nas disposições legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, considera-se:

I - 1ª Série: a 1ª série de quotas seniores;

II - **ADMINISTRADORA:** a MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61;

III - Agência de Classificação de Risco: a agência classificadora de risco das quotas seniores do **FUNDO**;

IV - BACEN: o Banco Central do Brasil;

V - BOVESPA: Bolsa de Valores de São Paulo, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275 e inscrita no CNPJ sob nº 02.584.094/0001-19;

VI - CBLC: Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275 e inscrita no CNPJ sob nº 60.777.661/0001-50;

VII - CCF: o Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central do Brasil;

VIII - CDI: Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia - "over extragrupo", expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP;

IX - Cedentes: as pessoas jurídicas prévia e devidamente cadastradas na **CONSULTORA**;

X - CETIP: Câmara de Custódia e Liquidação com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 230, 10º e 11º andares e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.719.664/0001-24;

XI - Condições de Cessão: as condições de cessão de direitos creditórios ao **FUNDO**;

XII - **CONSULTORA:** a LAVORO FACTORING LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 21, grupo 204 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.233.179/0001-15;



XIII - Contrato de Cessão: o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito sem Coobrigação e Outras Avenças celebrado entre o **FUNDO** e os Cedentes;

XIV - Contrato de Consultoria Especializada, de Cobrança e de Depósito: o contrato de prestação de serviços de consultoria especializada, de cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos e de depósito dos Documentos Representativos de Crédito celebrado entre o **FUNDO**, a **CONSULTORA** e o **CUSTODIANTE**;

XV - Contrato de Custódia: o contrato de prestação de serviços de custódia qualificada e controladoria celebrado entre a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE**;

XVI - COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;

XVII - CPMF: Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira;

XVIII - Critérios de Elegibilidade: os critérios de elegibilidade dos direitos creditórios cedidos ao **FUNDO**;

XIX - **CUSTODIANTE**: o Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12;

XX - CVM: a Comissão de Valores Mobiliários;

XXI - Default: os riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, entre outros.

XXII - Direitos Creditórios Elegíveis: os direitos creditórios que atendam cumulativamente às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao **FUNDO** nos termos do Contrato de Cessão;

XXIII - Direitos Creditórios Inadimplidos: Os Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos;

XXIV - Documentos Representativos do Crédito: as duplicatas referentes às transações de venda de produtos ou prestação de serviços dos Cedentes a seus respectivos Sacados;

XXV - Eventos de Avaliação: as situações descritas no Capítulo XVI do Regulamento;

XXVI - Eventos de Liquidação: as situações descritas no Capítulo XVII do Regulamento;

XXVII - **FUNDO**: o FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO;

XXVIII - **GESTORA**: a GLOBAL CAPITAL 2000 ADMINISTRADORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Janeiro, na Avenida das Américas, nº 700, Bloco 1, Sala 117 e inscrita no CNPJ sob o nº 07.816.560/0001-68;

XXIX - Instrução 356: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações;



XXX - Quotistas: os investidores que venham adquirir quotas de emissão do **FUNDO**;

XXXI - Razão de Garantia: é a relação de 75% (setenta e cinco por cento) entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356;

XXXII - Regime de Administração Especial Temporária: é o regime aplicável pelo Banco Central do Brasil às instituições financeiras privadas e públicas não federais, de que trata o Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, quando nelas verificar: (i) prática reiterada de operações contrárias às diretrizes de política econômica ou financeira traçadas em lei federal; (ii) existência de passivo a descoberto; (iii) descumprimento das normas referentes à conta de reservas bancárias mantida no Banco Central do Brasil; (iv) gestão temerária ou fraudulenta de seus administradores; ou (v) ocorrência de qualquer das situações descritas no artigo 2º da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974;

XXXIII - Reserva de Amortização: a reserva constituída para o pagamento das amortizações das quotas seniores;

XXXIV - Sacados: os devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis;

XXXV - SERASA: a SERASA S.A.;

XXXVI - Sistema RGB: o conjunto de programas utilizado pela **CONSULTORA** para processar, analisar, gerenciar e efetuar o controle da cessão de Direitos Creditórios ao **FUNDO**;

XXXVII - SPC: o Serviço de Proteção ao Crédito.

Parágrafo 2º: O **FUNDO** poderá apresentar séries de quotas seniores com prazos e regras de amortização distintas, desde que as mesmas não alterem a classificação de risco das séries de quotas seniores anteriores.

Parágrafo 3º: A 1ª série de quotas do **FUNDO** terá prazo de 36 (trinta e seis) meses, conforme descrito no Suplemento da 1ª Série deste Regulamento, nos termos do Anexo I.

Parágrafo 4º: As séries de quotas seniores do **FUNDO** buscarão atingir rentabilidade (*benchmark*) prevista no Suplemento de cada série "n" de quotas seniores, nos termos do Anexo I. O *benchmark* aplica-se somente às quotas seniores, sendo que não há *benchmark* predeterminado para as quotas subordinadas. A aquisição de quotas seniores do **FUNDO** não representa qualquer garantia ou promessa do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE** e da **CONSULTORA** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

Parágrafo 5º: O **FUNDO** destina-se exclusivamente a investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela CVM em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores e a (i) fundos de investimento, nos termos do inciso I, alínea "d", do artigo 87 da Instrução CVM nº 409/04; (ii) fundos de investimento destinados exclusivamente para investidores qualificados, de acordo com os limites estabelecidos nos artigos 110-A e 110-B da Instrução CVM nº 409/04 e (iii) fundos de investimento em quotas de fundos de investimento classificados como "Exclusivo" e "Multimercado", desde que destinados exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do parágrafo 6º do artigo 112 da Instrução CVM nº 409/04.



Parágrafo 6º: Investidores não residentes poderão adquirir quotas do **FUNDO**, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO FUNDO

Artigo 2º: É objetivo do **FUNDO** proporcionar aos Quotistas a valorização de suas quotas, por meio da aplicação preponderante dos recursos do **FUNDO** na aquisição de direitos creditórios performados oriundos de operações realizadas pelos Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento.

CAPÍTULO III - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 3º: Visando atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e neste Regulamento.

Artigo 4º: Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o **FUNDO** deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

Artigo 5º: A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em Direitos Creditórios Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, desde que pós-fixados na origem ou sinteticamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

Parágrafo Único - O **FUNDO** poderá realizar operações em que a **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA** atuem como contraparte do **FUNDO**.

Artigo 6º: O **FUNDO** poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Parágrafo 1º: Para o efeito do disposto no "caput", as operações com derivativos podem ser realizadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do **FUNDO**, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de



posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Parágrafo 2º: As operações em mercado de derivativos serão realizadas somente na modalidade "com garantia".

Artigo 7º: O **FUNDO** poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos no artigo 5º acima, alíneas "a", "b" e "c".

Artigo 8º: Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO

Artigo 9º: Para que possam ser adquiridos para a carteira do **FUNDO**, os direitos creditórios devem ser classificados como Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do inciso XXII, do parágrafo 1º, do artigo 1º deste Regulamento.

Parágrafo Único: As Condições de Cessão serão avaliadas pela **CONSULTORA**, mediante declaração de que os Direitos Creditórios oferecidos à cessão atendem integralmente às regras abaixo relacionadas:

I - decorram de operações realizadas pelos Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços;

II – decorram de Cedentes previamente cadastrados pela **CONSULTORA**;

III – devem ser previamente avaliados e aprovados pela **CONSULTORA**, nos termos do Capítulo X deste Regulamento;

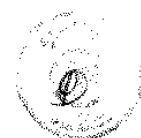
IV - devem estar amparados pelos respectivos Documentos Representativos de Crédito;

V - não serão aceitas novas cessões de Direitos Creditórios de Cedentes que tenham Direitos Creditórios Elegíveis anteriormente cedidos ao **FUNDO** inadimplidos há mais de 15 (quinze) dias úteis; e

VI - o total de Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** por um mesmo Cedente não poderá representar, a qualquer momento, mais que 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 10: Os Critérios de Elegibilidade serão validados pelo **CUSTODIANTE**. Para fins do disposto na legislação, no Regulamento e no Contrato de Cessão, são considerados Critérios de Elegibilidade as seguintes regras:



I - os Sacados devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** não deverão possuir registro no CCF ou na SERASA relativos a títulos protestados em valor igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

II - os Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** não poderão ser de Sacados devedores de Direitos Creditórios Inadimplidos para com o **FUNDO**;

III - os Sacados devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** não deverão estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou procedimento similar, conforme checagem a ser realizada pela **CONSULTORA**;

IV - os Direitos Creditórios deverão ter prazo máximo de vencimento de 120 (cento e vinte) dias contados da data de cessão. Não serão aceitos Direitos Creditórios com prazo superior ao prazo da respectiva Série "n" de quotas seniores;

V - a carteira de Direitos Creditórios relacionada no respectivo Termo de Cessão, conforme definido no Contrato de Cessão, deverá ter prazo médio de vencimento não superior a 90 (noventa) dias contados da respectiva data de cessão;

VI - o total de Direitos Creditórios devidos por um mesmo Sacado não poderá exceder a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**. Adicionalmente, será admitida a elevação deste percentual para 10% (dez por cento) para todo Sacado que venha a receber a mesma classificação de risco atribuída às quotas seniores pela Agência de Classificação de Risco. Será responsabilidade da **ADMINISTRADORA** obter periodicamente junto à agência de Classificação de Risco os relatórios de classificação de risco referentes a cada Sacado que o Cedente queira enquadrar nesta exceção e encaminhar estes relatórios de classificação de risco ao **CUSTODIANTE**, de forma que este proceda a eventuais alterações em seus controles de validação dos Direitos Creditórios quanto aos Critérios de Elegibilidade;

VII - o valor de um único Documento Representativo de Crédito não pode ser superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e

VIII - as negociações para a aquisição de Direitos Creditórios serão realizadas a taxa do mercado, observando-se que a taxa de desconto para a aquisição de direitos creditórios deve ser equivalente a, no mínimo, 140% (cento e quarenta por cento) do CDI.

Parágrafo 1º: Na hipótese do Direito Creditório Elegível perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra a **ADMINISTRADORA**, a **GESTORA**, a **CONSULTORA** e ao **CUSTODIANTE** salvo na existência comprovada de má-fé, culpa ou dolo.

Parágrafo 2º: Os Cedentes serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios que comporão a Carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do **CUSTODIANTE**, da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA** e da **CONSULTORA** qualquer responsabilidade a esse respeito.

Parágrafo 3º: A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o **FUNDO**, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra os Cedentes, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.



Parágrafo 4º: O **FUNDO** poderá ceder, alienar ou permutar os Direitos Creditórios Inadimplidos. No caso de cessão, alienação ou permuta dos Direitos Creditórios Inadimplidos, a cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios serão realizadas pelo novo titular dos mesmos, deixando, portanto, a **CONSULTORA** de ser o responsável pela cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios, ressalvada a hipótese da **CONSULTORA** ser contratada pelo novo titular dos Direitos Creditórios Inadimplidos para a realização dos serviços acima descritos.

CAPÍTULO VI - DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Artigo 11: As atividades de administração do **FUNDO** serão exercidas pela **ADMINISTRADORA**.

Artigo 12: As atividades de gestão da carteira do **FUNDO** serão exercidas pela **GESTORA**.

Artigo 13: A **ADMINISTRADORA** receberá pelos serviços de administração da carteira do **FUNDO** uma taxa de administração equivalente a 1,70% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**.

Parágrafo 1º: A remuneração da **ADMINISTRADORA** é calculada e apropriada por dia útil, com base no percentual referido no "caput" acima sobre o valor diário do patrimônio líquido do **FUNDO**, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo 2º: Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário.

Parágrafo 3º: A **ADMINISTRADORA** pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

Parágrafo 4º: O **FUNDO** não possui taxa de ingresso, de performance e/ou taxa de saída.

Artigo 14: Incluem-se entre as obrigações da **ADMINISTRADORA**:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos Quotistas;
- c) o livro de atas de Assembleias Gerais;
- d) o livro de presença de Quotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**; e
- h) os relatórios do auditor independente.

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada;



III - entregar ao Quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV - divulgar, anualmente, no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem quotas desse, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO**;

V - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VI - fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a **ADMINISTRADORA** e o **FUNDO**;

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

IX - informar, em até 5 (cinco) dias úteis, à Agência Classificadora de Risco:

- a) a substituição da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE**, da **GESTORA**, da **CONSULTORA** e da empresa de auditoria independente;
- b) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação, nos termos deste Regulamento;
- c) o desenquadramento da Razão de Garantia; e
- d) a celebração de aditamentos a qualquer contrato relacionado ao **FUNDO** que tenha sido analisado quando da primeira classificação de risco das quotas seniores; e

X - disponibilizar para a Agência Classificadora de Risco os relatórios preparados pelo **CUSTODIANTE** nos termos do Contrato de Custódia.

Parágrafo 1º: A divulgação das informações prevista no inciso IV deste artigo pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da **ADMINISTRADORA** pela regularidade na prestação destas informações.

Parágrafo 2º: A **ADMINISTRADORA**, observadas as limitações legais e da Instrução 356 e deste Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembleias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**.

Artigo 15: É vedado à **ADMINISTRADORA**:



I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III - efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de quotas deste.

Parágrafo 1º: As vedações de que tratam os incisos I a III deste artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da **ADMINISTRADORA**, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Parágrafo 2º: Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do **FUNDO**, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo III deste Regulamento.

Artigo 16: É vedado à **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir quotas do próprio **FUNDO**;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356, bem como no Regulamento;

VI – vender quotas do **FUNDO** a prestação;

VII – vender quotas do **FUNDO** a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de quotas subordinadas;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;

IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução 356;



XI – obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

CAPÍTULO VII - SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

Artigo 17: A **ADMINISTRADORA**, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO**, pode renunciar à administração do **FUNDO**, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de Quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução 356.

Parágrafo 1º: Na ocorrência da hipótese descrita acima, a **ADMINISTRADORA** deverá permanecer no cargo e no pleno exercício de suas funções pelo período mínimo de 30 (trinta) dias contados da data do aviso mencionado no *caput* deste artigo, ou por prazo inferior, conforme determinado pelos Quotistas, até que a instituição substituta escolhida pelos Quotistas assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações da **ADMINISTRADORA** e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e as condições deste Regulamento. Caso os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, não indiquem instituição administradora substituta até o final do prazo de 30 (trinta) dias mencionado acima, ou por qualquer razão nenhuma instituição assuma efetivamente, nesse prazo, todos os deveres e obrigações da **ADMINISTRADORA**, a **ADMINISTRADORA** convocará uma Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a liquidação do **FUNDO** e comunicará o evento à CVM.

Parágrafo 2º: Nas hipóteses de substituição da **ADMINISTRADORA** e de liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria **ADMINISTRADORA**.

Artigo 18: No caso de Regime de Administração Especial Temporária, definido no Capítulo I acima, intervenção ou liquidação extrajudicial da **ADMINISTRADORA**, deve automaticamente ser convocada assembléia geral de Quotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de Quotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição da **ADMINISTRADORA**, no exercício das funções de administração do **FUNDO**; ou b) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

CAPÍTULO VIII - DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

Artigo 19: As atividades de custódia e controladoria do **FUNDO** previstas nos artigos 38 e 39 da Instrução 356 e as atividades de escrituração de quotas do **FUNDO** serão exercidas pelo **CUSTODIANTE**.

Parágrafo 1º: O **CUSTODIANTE** é responsável pelas seguintes atividades:

I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios;



II - validar os direitos creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;

III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos documentos relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores;

VI - cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e

VII - valorar as quotas do **FUNDO**, conforme disposto no Artigo 23 deste Regulamento.

Parágrafo 2º: O **CUSTODIANTE** deverá contratar a **CONSULTORA** para efetuar a guarda dos Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis, de acordo com o disposto no Contrato de Consultoria Especializada, de Cobrança e de Depósito a ser celebrado entre o **CUSTODIANTE**, o **FUNDO** e a **CONSULTORA**.

Parágrafo 3º: A contratação, pelo **CUSTODIANTE**, da **CONSULTORA** não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência e/ou controle, pela **CONSULTORA** e/ou pelos respectivos Cedentes, sobre os Direitos Creditórios Elegíveis, tampouco eximirá o **CUSTODIANTE** de suas obrigações de custódia, conforme previstas no Contrato de Custódia celebrado entre a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** e na regulamentação em vigor.

Parágrafo 4º - Em decorrência da expressiva diversificação de devedores e significativo volume de créditos cedidos, o **CUSTODIANTE** verificará, trimestralmente, após a ocorrência de cada cessão, o lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis por amostragem, comunicando o resultado dessa verificação à **ADMINISTRADORA** e à Agência Classificadora de Risco. Independentemente do disposto neste parágrafo, o **CUSTODIANTE**, diretamente ou por meio de terceiros contratados sob sua responsabilidade, poderá verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto aos Cedentes, a existência e formalização dos Documentos Representativos dos Créditos e o cumprimento com relação à guarda e organização destes documentos, tudo nos termos do Contrato de Custódia.

Parágrafo 5º - O **CUSTODIANTE** efetuará a verificação por amostragem referida no parágrafo 4º, utilizando-se de amostra probabilística aleatória, nos termos da seguinte fórmula:



$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

E_0 = erro amostral tolerável

N = tamanho da população

O erro amostral tolerável a ser utilizado será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza do recebível; qualidade do Cedente a ser analisado; quantidade de revisões já efetuadas para determinado fundo e seus respectivos resultados observados.

O universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os direitos creditórios adquiridos desde a última revisão, exceto para a primeira revisão, que compreenderá a totalidade dos direitos creditórios de titularidade do **FUNDO**. A seleção dos direitos creditórios será obtida: (i) dividindo-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, será retirado um para a amostra.

CAPÍTULO IX - DA CONSULTORIA ESPECIALIZADA

Artigo 20: Conforme faculta o artigo 24, inciso XI, alínea "b" e o artigo 39, inciso I, ambos da Instrução 356, o **FUNDO** utiliza, ainda, os serviços especializados da **CONSULTORA**. Tais serviços consistem:

I – no prévio cadastramento dos Cedentes;

II – na análise de crédito de potenciais Sacados dos direitos creditórios a serem cedidos ao **FUNDO**;

III - na análise dos direitos creditórios ofertados ao **FUNDO**;

IV - receber e analisar a documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios a serem cedidos ao **FUNDO**;

V – verificar o atendimento dos direitos creditórios ofertados ao **FUNDO** às Condições de Cessão;

VI - efetuar a guarda dos Documentos Representativos de Crédito, cabendo à **CONSULTORA** a responsabilidade pelo depósito dos Documentos Representativos de Crédito, na qualidade de depositária fiel dos documentos relacionados aos direitos creditórios; e

VII - notificar os Sacados dos Cedentes a respeito da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

Parágrafo Único: A **CONSULTORA** receberá pelos serviços de consultoria especializada uma remuneração equivalente a 0,75% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO** que será debitada da taxa de administração devida à **ADMINISTRADORA**. A remuneração da **CONSULTORA** será paga diretamente pelo **FUNDO** e é calculada e apropriada por dia útil, com base no percentual referido acima sobre o valor diário do



patrimônio líquido do **FUNDO**, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços de consultoria.

CAPÍTULO X - POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS

Artigo 21: A política de concessão de crédito é desenvolvida e monitorada pela **CONSULTORA**, e pode ser sintetizada como sendo:

I - Os Cedentes serão pessoas jurídicas que deverão ser previamente cadastradas pela **CONSULTORA** para que possam ofertar Direitos Creditórios ao **FUNDO**. Para que tenha seu cadastro aprovado, cada Cedente deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

a) entregar à **CONSULTORA** os documentos e informações necessários ao seu cadastramento, quais sejam, informações cadastrais mínimas indicadas no Anexo II deste Regulamento, acompanhadas de cartão de assinaturas e da via original ou de cópia autenticada dos seguintes documentos: Contrato Social ou Estatuto Social, cartão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e indicação das pessoas capazes de representar o Cedente em operações de cessão de direitos, acompanhada dos documentos que comprovem tais poderes. O Cedente cadastrado deverá manter sempre atualizada referida documentação probatória de poderes dos seus representantes. A critério da **CONSULTORA**, outros documentos poderão ser solicitados ao Cedente para a aprovação de seu cadastro;

b) no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do respectivo exercício social, entregar à **CONSULTORA** cópia autenticada do balanço anual relativo ao último exercício e, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento de cada mês, entregar cópia autenticada do respectivo balancete mensal; e

c) não possuir registro no CCF ou na SERASA relativos a títulos protestados não contestados, inadimplência de obrigações ou quaisquer apontamentos nos cadastros referidos neste item, em valor agregado igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou apontamentos de pedido de falência, estar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento similar.

II – Após o cadastramento dos Cedentes de acordo com os requisitos estabelecidos no inciso I, acima, a **CONSULTORA** efetuará uma análise de cada Cedente para a concessão de um limite operacional que observará as seguintes etapas:

- a) O gerente operacional é responsável pela análise de Cedentes;
- b) Na primeira visita são recolhidos dados suficientes para a elaboração do relatório gerencial e para que a área de cadastro elabore a ficha cadastral da sociedade que cederá seus Direitos Creditórios de acordo com os requisitos previstos no inciso I, acima;
- c) Com os referidos relatórios devidamente preenchidos com os dados do Cedente, a diretoria da **CONSULTORA** analisa se este tem o perfil para ceder Direitos Creditórios ao **FUNDO**. Em caso positivo, o diretor operacional da **CONSULTORA** solicita visita ao Cedente cadastrado;
- d) Nas reuniões realizadas pelo Comitê de Crédito da **CONSULTORA**, os diretores e o gerente operacional decidem o limite, os fatores, taxas e tarifas que incidirão sobre a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis do Cedente cadastrado ao **FUNDO**. Em caso de dúvidas, solicita-se nova visita ao



- Cedente cadastrado com o diretor superintendente, ou novos levantamentos a serem realizados pela área de cadastro da **CONSULTORA**;
- e) O gerente operacional solicita a inserção do Cedente no Sistema RGB da **CONSULTORA** ao diretor administrativo/financeiro, o qual o fará mediante apresentação de ficha devidamente preenchida e assinada pela área de Cadastro e pelo diretor superintendente; e
- f) Verificadas todas as etapas acima, poderá ocorrer a cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente.

III – Após a análise dos Cedentes, a **CONSULTORA** efetua a análise de cada operação de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com a seguinte metodologia:

- a) O Cedente cadastrado envia o arquivo contendo os Documentos Representativos de Crédito (por correspondência eletrônica ou *fac-símile*) e o assistente da **CONSULTORA** faz a inserção dos referidos Documentos Representativos de Crédito no Sistema RGB;
- b) O gerente operacional faz a primeira análise da operação, utilizando as ferramentas de análise que o Sistema RGB dispõe, tais como:
- (i) para o Cedente:
- analisar o grau de concentração por Cedente para verificar a possibilidade do mesmo realizar a cessão;
 - verificar a liquidez recente do Cedente;
 - verificar a posição de Direitos Creditórios Elegíveis vencidos;
 - verificar a confirmação dos Direitos Creditórios Elegíveis em carteira; e
 - verificar se o Cedente tem alguma informação relevante no SERASA.
- (ii) para os Sacados:
- analisar o grau de concentração por Sacado em relação ao Patrimônio Líquido do **FUNDO**;
 - observar a concentração por Sacado junto ao Cedente;
 - observar a liquidez do Sacado no sistema;
 - verificar o histórico de pagamento no sistema;
 - verificar no SERASA se o Sacado tem alguma informação relevante, e verificar se o perfil do Sacado é compatível com os valores dos Direitos Creditórios Elegíveis contra ele; e
 - verificar se o Sacado admite a cessão de Direitos Creditórios a terceiros.
- c) O diretor superintendente/diretor operacional da **CONSULTORA** faz a análise a fim de aprovar ou reprovar, total ou parcialmente a operação de cessão e, após esta análise e, em conjunto com o gerente operacional, aprova ou reprova a concretização da cessão; e
- d) Se a operação for aprovada total ou parcialmente, o diretor deverá apor sua assinatura eletrônica no sistema, e o assistente providenciará o envio de relatório com os Direitos Creditório Elegíveis aprovados para validação do **CUSTODIANTE**.



Parágrafo Único: A monitoração da política de concessão de crédito será realizada pela **CONSULTORA** e deverá observar os procedimentos descritos no Anexo III deste Regulamento.

Artigo 22: A cobrança bancária e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios serão realizadas pelo **CUSTODIANTE**.

Parágrafo 1º: A **CONSULTORA** foi contratada pelo **FUNDO** como agente de cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, conforme descrito no Contrato de Consultoria Especializada, de Cobrança e de Depósito. A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos observará os seguintes procedimentos:

I – através de ligação telefônica, informar ao Sacado, no 1º (primeiro) dia de atraso, que o Direito Creditório está vencido e não pago;

II - novo telefonema ao Sacado no 10º (décimo) dia de atraso; e

III - na hipótese dos procedimentos delineados nos incisos I e II acima não serem suficientes para provocar a quitação do Direito Creditório Inadimplido em até 30 (trinta) dias de seu vencimento, encaminhamento do mesmo à área jurídica da **CONSULTORA** para que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis.

Parágrafo 2º: Todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão suportadas diretamente pela **CONSULTORA**.

Parágrafo 3º: Os Cedentes deverão transferir ao **FUNDO**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da verificação do seu recebimento, quaisquer valores que eventualmente venham a receber dos Sacados, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título.

CAPÍTULO XI – DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

Artigo 23: As quotas do **FUNDO** serão valoradas pelo **CUSTODIANTE** todo dia útil, com base na divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de quotas do **FUNDO**, apurados ambos no início do dia, isto é, no horário de abertura dos mercados em que o **FUNDO** atua.

Parágrafo 1º: As quotas seniores serão valoradas mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VQS_{nT} = [VQS_{nT-1} - (B \times VAn)] - \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{\text{Sobretaxa } n}{100} \right) + 1 \right\},$$

onde:

VQS_{nT} valor de cada quota sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data "T".

VQS_{nT-1} valor de cada quota sênior para efeito de cálculo de seu valor de



integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data "T". No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, VQSnT-1 é igual a R\$1.000,00.

- B Igual a 1(hum) todo dia seguinte a uma Data de Amortização "n". Igual a 0 (zero) em qualquer outro dia.
- Van Valor da amortização programada referente a cada quota sênior na Data de Amortização "n"
- DIT-1 CDI referente ao dia útil anterior à data "T".
- Sobretaxa a ser definida em cada Suplemento de cada série de quotas sênior do Fundo

Parágrafo 2º: Quando da definição do valor das quotas seniores, o CDI deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária do CDI quando da apuração do valor das quotas seniores, será utilizada em sua substituição a mesma taxa diária produzida pelo último CDI conhecido até a data do respectivo evento, sendo que eventuais compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas titulares das quotas seniores, quando da divulgação do CDI aplicável, serão devidas na Data de Amortização imediatamente seguinte.

Parágrafo 3º: Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de aplicação do CDI como critério para definição do valor das quotas seniores ou de ausência de apuração ou divulgação do CDI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos ou a 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência do respectivo evento, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar uma Assembleia Geral de Quotistas para que seja deliberado o novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor das quotas seniores. Até a definição do novo parâmetro, será utilizada, sem solução de continuidade, para cálculo do valor das quotas seniores, o último CDI conhecido, sendo que eventuais compensações financeiras, tanto por parte do **FUNDO**, quanto pelos Quotistas titulares das quotas seniores, quando da eventual divulgação posterior do CDI, serão devidas na Data de Amortização imediatamente seguinte.

Parágrafo 4º: As quotas subordinadas serão valoradas pelo resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, apurado para o respectivo dia, deduzido do valor atualizado das as quotas seniores em circulação, apurado conforme o disposto no parágrafo anterior, pelo número total de quotas subordinadas em circulação na respectiva data de apuração.

Parágrafo 5º: Os ativos integrantes da carteira do **FUNDO** serão avaliados todo dia útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira:



I - Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como "títulos mantidos até o vencimento". Os demais ativos deverão ser classificados na categoria "títulos para negociação";

II – os ativos que têm valor de mercado serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor, observado que:

a) a verificação do valor de mercado dos ativos do **FUNDO** terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos ativos do **FUNDO**, levando em consideração volume, co-obrigação e prazo;

b) na precificação dos ativos deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período; e

c) tendo em vista que não há mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam idênticas às dos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do **FUNDO**, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas à eventual inadimplência dos mesmos.

III - Os ativos do **FUNDO** classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" serão avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Parágrafo 6º: O descumprimento de qualquer obrigação dos direitos creditórios pelos devedores, e/ou pelos emissores dos demais ativos componentes da carteira do **FUNDO** será atribuído às quotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedido a somatória de que trata este parágrafo, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do **FUNDO** será atribuída às quotas seniores.

Parágrafo 7º: Por outro lado, na hipótese do **FUNDO** atingir o *benchmark* definido no respectivo Suplemento, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às quotas subordinadas, razão pela qual estas quotas poderão apresentar valores diferentes das quotas seniores.

Parágrafo 8º: Nos primeiros 45 (quarenta e cinco) dias seguintes à data em que se verificar a impontualidade de pagamentos dos direitos creditórios pelos Sacados, serão adotadas as disposições do COSIF, editado pelo BACEN, para provisão de valores em atraso. A partir do 46º (quadragésimo sexto) dia de sua impontualidade, os Direitos Creditórios Inadimplidos terão seus valores integralmente provisionados.

Artigo 24: Entender-se-á por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Artigo 25: Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.



CAPÍTULO XII – DOS FATORES DE RISCO

Artigo 26: Não obstante a diligência da **GESTORA** em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a **GESTORA** mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o Quotista.

Parágrafo 1º: Os recursos que constam na carteira do **FUNDO** e os Quotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

- (i) **Risco de Crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do **FUNDO**;
- (ii) **Risco proveniente da falta de registro dos contratos de cessão:** Por se tratar de um **FUNDO** que poderá adquirir direitos creditórios de uma multiplicidade de Cedentes domiciliados em diversas localidades no território brasileiro, o **FUNDO** adota como política não registrar os contratos de cessão e seus anexos em cartório de registro de títulos e documentos em função da complexidade operacional e dos custos do registro. Assim sendo, a não realização do referido registro, ou a não utilização de instrumento público para a formalização dos contratos de cessão e anexos poderá representar risco ao **FUNDO** em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelos Cedentes a mais de um cessionário. O **FUNDO** não poderá reclamar direitos creditórios cedidos a terceiros ou valores em relação a direitos creditórios elegíveis pagos por Sacados a terceiros de boa fé adquirentes dos mesmos direitos creditórios cedidos ao **FUNDO**. O **FUNDO** poderá sofrer perdas, não podendo a **ADMINISTRADORA**, a **GESTORA** ou o **CUSTODIANTE** ser de qualquer forma responsabilizados por tais perdas.
- (iii) **Risco de Liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a **GESTORA** poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a **GESTORA** a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos Quotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.



- (iv) **Risco de Derivativos:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do **FUNDO**, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Quotistas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**.
- (v) **Risco de Mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das quotas e perdas aos Quotistas.
- (vi) **Risco de Concentração:** A **GESTORA** buscará diversificar a carteira do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do **FUNDO** em um único emissor de títulos, ou em direitos creditórios cujo devedor seja um único Sacado, maior será a vulnerabilidade do **FUNDO** em relação ao risco de crédito desse emissor ou Sacado.
- (vii) **Risco de Descasamento:** Os direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO** são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as quotas tem como parâmetro a taxa média do CDI, conforme previsto no Regulamento. Por esta razão, a **GESTORA**, sempre que possível, contratará operações de derivativos. No entanto, há a possibilidade de a **GESTORA** não conseguir contratar tais operações. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as quotas, inclusive seniores.
- (viii) **Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **GESTORA** e da **ADMINISTRADORA** tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**, (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Sacados, e (c) incremento significativo nas solicitações de resgates de quotas seniores. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Quotistas e atrasos nos pagamentos dos resgates.
- (ix) **Risco decorrente da multiplicidade de Cedentes:** O **FUNDO** está apto a adquirir Direitos Creditórios de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo **FUNDO**, pela **GESTORA**, pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**, de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre os Cedentes e os respectivos Sacados podem não ser previamente identificados pelo **FUNDO**, pela **GESTORA**, pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**. Caso os Direitos Creditórios Elegíveis não sejam pagos integralmente pelos respectivos Sacados em



decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Sacado e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda e os respectivos Cedentes não restituam ao **FUNDO** o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos Direitos Creditórios Elegíveis, os resultados do **FUNDO** poderão ser afetados negativamente.

- (x) **Riscos do Mercado Secundário:** O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das quotas seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas quotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de quotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.
- (xi) **Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial:** Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao **FUNDO**, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o **FUNDO** recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao **FUNDO**.
- (xii) **Risco de Resgate das Quotas do FUNDO em Direitos Creditórios:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as quotas seniores poderão ser resgatadas em direitos creditórios. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis;
- (xiii) **Risco de Atraso no Pagamento do Resgate:** Poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os Direitos Creditórios são classificados no ativo do **FUNDO** como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.
- (xiv) **Risco de Irregularidades na documentação comprobatória dos Direitos Creditórios:** O **CUSTODIANTE** realizará a verificação da regularidade da Documentação Comprobatória dos Direitos Creditórios por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao **FUNDO**, a carteira do **FUNDO** poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo **FUNDO** das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A **CONSULTORA** realizará a guarda dos Documentos Representativos de Crédito. Neste caso a **CONSULTORA** tem a obrigação de permitir ao **CUSTODIANTE** e à **ADMINISTRADORA** ou terceiros por eles indicados livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos por terceiro contratado pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**.
- (xv) **Risco de verificação dos Direitos Creditórios por amostragem:** considerando que **CUSTODIANTE** realizará a verificação trimestral da regularidade da



Documentação Comprobatória dos Direitos Creditórios por amostragem, há risco da metodologia utilizada pelo **CUSTODIANTE** apresentar resultados em discordância com a realidade, podendo ocorrer eventuais distorções entre os resultados apresentados pela verificação por amostragem e os efetivamente obtidos.

- (xvi) **Risco Societário da CONSULTORA:** A LAVORO FACTORING LTDA. é uma empresa que conta com apenas dois sócios, sendo que seu sócio principal é proprietário de quotas representativas de 67% de seu capital social, e tem forte atuação no dia-a-dia de seus negócios. Tendo em vista a relevância da **CONSULTORA** na estrutura do **FUNDO**, qualquer alteração pode implicar em risco de continuidade.
- (xvii) **Demais Riscos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

Artigo 27: As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA**, do **CUSTODIANTE**, da **CONSULTORA** ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO XIII – DA EMISSÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE QUOTAS

Artigo 28: As quotas do **FUNDO** serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as quotas serão escriturais, terão números inteiros e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de Quotista. Observado o abaixo disposto, as características, os direitos e obrigações das quotas seniores e subordinadas serão idênticos.

Parágrafo Único: Apenas as quotas seniores da Série “n” serão publicamente distribuídas, observadas as condições de subscrição e pagamento constantes do anúncio de início de distribuição da respectiva Série “n” e do respectivo Suplemento, ao passo que as quotas subordinadas serão subscritas pela **CONSULTORA** e/ou por seus quotistas/acionistas, nos termos dos Boletins de Subscrição e Integralização.

Artigo 29: As quotas seniores da Série “n” do **FUNDO** são avaliadas por agência classificadora de risco (de *rating*) especializada, conforme detalhado no Prospecto do **FUNDO**. Esta avaliação é feita periodicamente a cada trimestre.

Parágrafo Único: Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das classes de quotas do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

- I – comunicação pela **ADMINISTRADORA** a cada Quotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO**; e
- II – disponibilização, na sede da **ADMINISTRADORA**, do relatório da empresa de classificação de risco.

Artigo 30: A integralização, a amortização e o resgate de quotas seniores e subordinadas do **FUNDO** podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio



de documento de ordem de crédito, transferência eletrônica disponível ou por qualquer outro mecanismo admitido pelo BACEN.

Parágrafo 1º: Para o cálculo do número de quotas a que tem direito o investidor quando da aplicação, serão deduzidas do valor entregue à **ADMINISTRADORA** quaisquer taxas ou despesas previstas neste Regulamento.

Parágrafo 2º: Em vista da CPMF, as aplicações em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: a integralização de quotas deverá ser realizada por meio dos mecanismos de transferência indicados no "caput", concomitantemente à venda, pelos Cedentes, de direitos creditórios em valor correspondente ao líquido integralizado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 3º: Será admitida a integralização total ou parcial de quotas subordinadas do **FUNDO**, com direitos creditórios que se enquadrem na política de investimento do **FUNDO**. Nesta hipótese, serão observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento, bem como os critérios definidos no Anúncio de Início de Distribuição de Quotas e no Boletim de Subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das quotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso o valor da quota subordinada seja parcialmente integralizado em direitos creditórios, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos direitos creditórios utilizados na referida integralização.

Parágrafo 4º: As quotas subordinadas poderão, ainda, ser resgatadas em direitos creditórios. Em vista da CPMF, os resgates em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: o resgate de quotas será efetivado somente em débito e crédito em conta corrente, por meio dos mecanismos de transferência indicados no "caput", simultaneamente à compra, pelo Quotista, de direitos creditórios, em valor correspondente ao líquido resgatado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Artigo 31: Na emissão de quotas seniores e subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor no mesmo dia ao da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na conta do **FUNDO**. Para fins de amortização e resgate das quotas seniores e subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor do dia do pagamento da amortização respectiva.

Parágrafo 1º: As quotas seniores da Série "n", bem como as quotas subordinadas da Série "n" terão Valor Unitário de Emissão idêntico na primeira Data de Emissão das Quotas da respectiva Série.

Parágrafo 2º: O preço de subscrição das quotas seniores de cada Série "n" poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Artigo 32: No ato da subscrição das quotas, o subscritor assinará boletim de subscrição que será autenticado pela **ADMINISTRADORA**. Do boletim de subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II - quantidade e classe de quotas subscritas; III - preço de subscrição e condições para sua integralização; e IV dados bancários para amortização e/ou resgate.



Artigo 33: A critério da **ADMINISTRADORA**, seguindo orientações da **GESTORA**, novas quotas do **FUNDO**, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos Quotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados neste Regulamento. Assim sendo, o **FUNDO** poderá distribuir e manter séries distintas de quotas seniores concomitantemente em circulação, com Valor Unitário de Emissão, na 1ª Data de Emissão das Cotas de cada Série "n", definido no Suplemento da Série "n" de quotas seniores, nos termos do Anexo I e em quantidades e condições previamente estabelecidas em seu respectivo Suplemento, no Prospecto e no Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356.

Parágrafo 1º: Não haverá direito de preferência para os Quotistas da 1ª Série do **FUNDO**, ou para os Quotistas de quaisquer das séries subseqüentes à 1ª Série, na aquisição de quotas de eventuais novas séries de quotas que possam vir a ser emitidas pelo **FUNDO**.

Parágrafo 2º: Na emissão de quotas mencionadas no *caput*, a **ADMINISTRADORA** deverá emitir tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do artigo 43 deste Regulamento.

Parágrafo 3º: As quotas mencionadas no *caput* deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no aviso de Início de Distribuição de Quotas Seniores respectivo e no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição para a subscrição de quotas.

Parágrafo 4º: O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

Artigo 34: As quotas seniores de quaisquer das Séries emitidas pelo **FUNDO** terão registro para negociação no mercado secundário na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no ambiente de negociação Bovespa Fix, na Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. - SOMA, no ambiente de negociação Soma Fix. A critério da **ADMINISTRADORA**, seguindo orientações da **GESTORA**, poderá, adicionalmente, ser providenciado o registro junto à CETIP, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de quotas somente seja feita por investidores qualificados.

Artigo 35: As quotas seniores de quaisquer das Séries emitidas pelo **FUNDO** não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

Artigo 36: As amortizações de cada Série de quotas seniores serão realizadas nas datas de amortização definidas no respectivo Suplemento da Série "n", conforme Anexo I deste Regulamento, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.

Parágrafo Único: Enquanto existirem quotas seniores em circulação, o **FUNDO** obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia tratada no artigo 43 deste Regulamento.

Artigo 37: As quotas subordinadas não serão amortizadas.



Artigo 38: O **CUSTODIANTE** constituirá Reserva de Amortização, de acordo com a estrutura abaixo descrita, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos Creditórios Elegíveis da carteira para os ativos relacionados no artigo 5º, deste Regulamento.

I - 60 (sessenta) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 30% (trinta por cento) do valor estimado da amortização das quotas seniores;

II - 45 (quarenta e cinco) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 70% (setenta por cento) do valor estimado da amortização das quotas seniores; e

III - 30 (trinta) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 100% do valor estimado da amortização das quotas seniores.

Parágrafo 1º - Caso a **ADMINISTRADORA** seja informada pelo **CUSTODIANTE** não ser possível a formação da Reserva de Amortização de acordo com o descrito no "caput", a **ADMINISTRADORA** interromperá a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

Parágrafo 2º: Os recursos da Reserva de Amortização serão exclusivamente alocados na aquisição dos ativos indicados no artigo 5º deste Regulamento. Os rendimentos auferidos pelas aplicações da Reserva de Amortização serão revertidos exclusivamente ao **FUNDO**.

Artigo 39: A amortização das quotas seniores de quaisquer das séries do **FUNDO** poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de quotas previstos para cada série, na impossibilidade de enquadramento do **FUNDO** à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios Elegíveis.

Parágrafo Único: A antecipação do início da amortização de quotas seniores do **FUNDO** poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Artigo 40: O pagamento das amortizações das quotas seniores obedecerá às condições, datas, percentuais e valores previstos no Suplemento da respectiva Série "n".

Artigo 41: Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do **FUNDO** ou de sua liquidação antecipada.

Parágrafo Único: Por ocasião do resgate de que trata o *caput*, a **ADMINISTRADORA** observará, no que for cabível, os procedimentos definidos neste Capítulo e no Capítulo XVI deste Regulamento.

Artigo 42: O **FUNDO** não efetuará amortizações, resgates e aplicações em sábados, domingos, ou em dias não úteis. Se a data de amortização ou resgate ocorrer em dia não útil, o pagamento da amortização ou do resgate será efetuado no primeiro dia útil subsequente. Para fins do disposto neste artigo entende-se por dia útil aquele definido no parágrafo 2º do artigo 13 deste Regulamento.



CAPÍTULO XIV - DA RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 43: Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução 356, a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO** será de 75% (setenta e cinco por cento). Isto quer dizer que o **FUNDO** deverá ter 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio representado por quotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e estará disponível na sede da **ADMINISTRADORA**.

Parágrafo 1º: Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no *caput*, com quotas subordinadas representando menos que 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** por 03 (três) dias consecutivos, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - A **ADMINISTRADORA** comunicará, imediatamente, tal ocorrência à **CONSULTORA**, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

- a) noticiará o fato e solicitará à **CONSULTORA** que providencie o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 05 (cinco) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;
- b) informará aos Quotistas subordinados o número mínimo de quotas subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado no *caput*.

II - Os Quotistas subordinados deverão subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso I deste parágrafo, tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e quotas seniores mencionada no *caput*.

III - Na hipótese de a **ADMINISTRADORA** verificar que, decorrido o prazo do inciso II deste parágrafo, não se alcançou o restabelecimento da relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, quer em virtude da não subscrição, por parte dos Quotistas subordinados, de um número de quotas subordinadas suficientes para atender ao disposto no inciso II deste parágrafo quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre: a) providências a serem tomadas pela **ADMINISTRADORA**; b) substituição da **ADMINISTRADORA** no exercício das funções em relação ao **FUNDO**; e/ou c) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

Parágrafo 2º: Em razão do disposto no "caput", a **ADMINISTRADORA**, seguindo orientações da **GESTORA**, poderá providenciar a emissão de quotas subordinadas do **FUNDO** a qualquer tempo, a fim de re-estabelecer a relação patrimonial prevista no aludido artigo, as quais poderão ser subscritas nos moldes do previsto no Capítulo XIII deste Regulamento.

CAPÍTULO XV - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 44: Será de competência privativa da Assembléia Geral de Quotistas do **FUNDO**:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;



II - alterar o Regulamento do **FUNDO**, inclusive para prorrogar o prazo de duração da Série "n" do **FUNDO**, desde que previamente submetido e devidamente aprovado pela Agência Classificadora de Risco;

III - deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA** e/ou da **GESTORA**;

IV - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela **ADMINISTRADORA**, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e

V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do **FUNDO**.

Parágrafo Único: O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

Artigo 45: A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

Parágrafo Único: Somente pode exercer as funções de representante de Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;

II - não exercer cargo ou função na **ADMINISTRADORA**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;

III - não exercer cargo ou função na **GESTORA**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

IV - não exercer cargo na **CONSULTORA**.

Artigo 46: A convocação da Assembléia Geral de Quotistas do **FUNDO** far-se-á mediante anúncio publicado no periódico indicado no Prospecto, do qual constará, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo 1º: A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio.

Parágrafo 2º: Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo 3º: Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde a **ADMINISTRADORA** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da **ADMINISTRADORA**.



Parágrafo 4º: Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 5º: Para efeito do disposto no parágrafo 2º, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio de primeira convocação.

Artigo 47: Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de Quotistas pode reunir-se por convocação da **ADMINISTRADORA** ou de Quotistas possuidores de quotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das quotas emitidas.

Artigo 48: Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Quotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de quotas dos Quotistas presentes, correspondendo a cada quota um voto, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

Parágrafo 1º: As deliberações relativas às matérias previstas no artigo 44, inciso I serão tomadas em primeira convocação pela maioria das quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das quotas dos presentes.

Parágrafo 2º: As deliberações sobre as matérias indicadas no Artigo 44, incisos II, III, IV, V e VI, dependerão de aprovação, em Assembléia Geral, de Quotistas que representem 85% (oitenta e cinco por cento) das quotas emitidas com direito a voto nos termos deste Artigo 44.

Parágrafo 3º: Somente podem votar na Assembléia Geral os cotistas do **FUNDO**, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Parágrafo 4º: Não têm direito a voto na assembléia geral a **ADMINISTRADORA**, a **GESTORA** e seus empregados.

Artigo 49: As decisões da assembléia geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

Parágrafo Único: A divulgação referida no *caput* deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO**.

Artigo 50: As modificações aprovadas pela Assembléia Geral de Quotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I – lista de Quotistas presentes na Assembléia Geral;
- II – cópia da ata da Assembléia Geral;
- III – exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV – modificações procedidas no prospecto.

CAPÍTULO XVI – EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 51: Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, caberá à **ADMINISTRADORA** ou aos Quotistas interessados, convocar uma Assembléia Geral de



Quotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pela **ADMINISTRADORA**, delibere sobre a continuidade do **FUNDO** ou sua liquidação antecipada, e conseqüente definição de cronograma de pagamentos dos Quotistas:

I - inobservância pela **ADMINISTRADORA** de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo VI deste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação;

II - renúncia da **ADMINISTRADORA** à administração do **FUNDO** não resolvida em 30 (trinta) dias;

III - inobservância pelo **CUSTODIANTE** de seus deveres e obrigações previstos no parágrafo 1º do artigo 19 do Capítulo VIII deste Regulamento, desde que, notificado pela **ADMINISTRADORA** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;

IV - aquisição, pelo **FUNDO**, de direitos creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme exposto no Capítulo V deste Regulamento, verificada pelo **CUSTODIANTE**;

V - rebaixamento da classificação de risco inicial de quotas seniores do **FUNDO** em um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;

VI - inobservância pela **CONSULTORA** dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Consultoria Especializada, de Cobrança e de Depósito com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificada pelo **CUSTODIANTE** para sanar ou justificar o descumprimento, a **CONSULTORA** não o fizer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação;

VII - não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das quotas seniores;

VIII - caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às quotas seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;

IX - se houver rescisão do Contrato de Custódia e não tenha sido deliberado pelos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, a escolha de um novo custodiante para o **FUNDO** no prazo de 30 (trinta) dias;

X - existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos Creditórios não foram regularmente e devidamente formalizados;

XI - alteração do controle estatutário da **CONSULTORA**; e

XII - ocorrência de quaisquer eventos que no entendimento da **ADMINISTRADORA** ou da **GESTORA** acarrete um potencial risco adicional aos titulares de quotas seniores de quaisquer séries.

Parágrafo Único: Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a **ADMINISTRADORA** suspenderá imediatamente os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. Concomitantemente, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 10 (dez) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do **FUNDO**. Caso a Assembléia Geral



decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a **ADMINISTRADORA** deverá implementar os procedimentos definidos no artigo 54, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.

Artigo 52: Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de quotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de quotas seniores.

CAPÍTULO XVII – LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Artigo 53: Cada Série “n” de quotas seniores do **FUNDO** será liquidada por ocasião do término do seu prazo de duração.

Artigo 54: O **FUNDO** será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

I - por deliberação de Assembléia Geral de Quotistas, nas hipóteses descritas no artigo 43, parágrafo 1º, artigo 17, parágrafo 1º e artigo 18, II, “b”, ambos deste Regulamento;

II - se o **FUNDO** mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;

III - caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação; e

IV – impossibilidade do **FUNDO** adquirir direitos creditórios admitidos por sua política de investimentos.

Parágrafo 1º: Nas hipóteses do inciso I supra, se a decisão da Assembléia Geral for a de não liquidação do **FUNDO**, fica desde já assegurado o resgate das quotas seniores dos Quotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Parágrafo 2º: Na liquidação antecipada do **FUNDO**, não havendo a disponibilidade de recursos, os Quotistas do **FUNDO** poderão receber Direitos Creditórios Elegíveis constantes da carteira do **FUNDO**, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

Parágrafo 3º: Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das quotas, os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de quotas detida por cada titular sobre o valor total das quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a **ADMINISTRADORA** estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o **FUNDO** perante as autoridades competentes.

Parágrafo 4º: A **ADMINISTRADORA** deverá notificar os Quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso



represente qualquer responsabilidade da **ADMINISTRADORA** perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

Parágrafo 5º: Caso os titulares das quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de quotas seniores que detenha a maioria das quotas seniores em circulação.

Artigo 55: Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a **ADMINISTRADORA** deverá i) notificar os Quotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate ou amortização em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de direitos creditórios; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de quotas do **FUNDO** definidos no artigo 54 acima. A **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os Quotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos Quotistas dissidentes de que trata o parágrafo 1º do artigo 54 supra.

Artigo 56: Após o pagamento das despesas e encargos do **FUNDO**, será pago aos titulares de quotas seniores, se o patrimônio do **FUNDO** assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 23 deste Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das quotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das quotas seniores, será pago aos titulares de quotas subordinadas, conforme a respectiva quantidade de quotas de cada titular, observando-se:

I - os Quotistas poderão receber tal pagamento em direitos creditórios, nos termos do parágrafo 2º do artigo 54, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 23, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, e;

II - que **ADMINISTRADORA** poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios de titularidade do **FUNDO**, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 23, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do **FUNDO**, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das quotas seniores e quotas subordinadas.

Artigo 57: A liquidação do **FUNDO** será gerida pela **ADMINISTRADORA**, observando: i) as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral, e; ii) que cada quota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais quotas de mesma classe.

CAPÍTULO XVIII - DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 58: Constituem encargos do **FUNDO**, além da remuneração dos serviços de administração e de gestão da carteira do **FUNDO**, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela **ADMINISTRADORA**:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;



- c) despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da **ADMINISTRADORA**;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;
- i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, como representante dos Quotistas; e
- l) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o **FUNDO** tenha as suas quotas admitidas à negociação.

Parágrafo Único: Quaisquer outras não previstas como encargos do **FUNDO** devem correr por conta da **ADMINISTRADORA**.

CAPÍTULO XIX - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 59: A **ADMINISTRADORA** irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tal como a eventual alteração da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Parágrafo Único: A divulgação das informações previstas neste artigo deve ser feita por meio de publicação no Diário Mercantil, que será o periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da **ADMINISTRADORA** e nas instituições que coloquem quotas do **FUNDO**.

Artigo 60: A **ADMINISTRADORA** deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I - o número de quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II - a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e



III - o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 61: A **ADMINISTRADORA** deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

I - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

II - de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 62: As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo 1º: O exercício social do **FUNDO** tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de janeiro de cada ano.

Parágrafo 2º: Enquanto a CVM não editar as normas referidas no *caput*, aplicam-se ao **FUNDO** as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO XX – DO FORO

Artigo 63: Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao **FUNDO** ou a questões decorrentes da aplicação deste Regulamento.


**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**





ANEXO I - SUPLEMENTO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

Suplemento da 1ª Série

Suplemento nº 01 referente à 1ª Série emitida nos termos do regulamento do "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO", inscrito no CNPJ sob o nº 08.608.755/0001-85 e administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

1. PRAZO. O prazo de duração da 1ª Série é de 36 (trinta e seis) meses, contados da data primeira integralização das quotas seniores da 1ª Série.

2. BENCHMARK. A 1ª Série, representativa do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, possui um *benchmark* de rentabilidade correspondente a 110% (cento e dez por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP ("CETIP"), no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação. As quotas subordinadas não possuirão *benchmark* de rentabilidade definido.

2.1. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA**, da **CONSULTORA** ou do **CUSTODIANTE** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

3. QUANTIDADE. Serão emitidas até 4.000 (quatro mil) quotas, com um valor inicial, na Data de Emissão das Cotas da 1ª Série, de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada, sendo até (i) 3.000 (três mil) quotas seniores; e (ii) até 1.000 (um mil) quotas subordinadas.

4. VALOR DE EMISSÃO. O valor mínimo de subscrição de quotas seniores e subordinadas no período de distribuição da 1ª Série é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não havendo limite máximo de subscrição por investidor.

5. VALOR DE SUBSCRIÇÃO. Na subscrição de quotas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências, conforme definido no Boletim de Subscrição.

5.1. Na subscrição de quotas do **FUNDO** que ocorrer em data diferente da Data de Integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor de abertura da quota de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

6. DISTRIBUIÇÃO. A distribuição da 1ª Série de quotas seniores do **FUNDO**, ofertadas publicamente, será liderada pela **ADMINISTRADORA** em regime de melhores esforços, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto no Prospecto da 1ª Série.



6.1. A critério da **ADMINISTRADORA**, seguindo orientações da **GESTORA**, atingido o patamar mínimo de distribuição correspondente a 30% (trinta por cento) das quotas seniores da 1ª Série emitidas, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de quotas do **FUNDO**. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no Artigo 33 deste Regulamento.

6.2. A **ADMINISTRADORA** deverá observar, inclusive na hipótese acima, a Razão de Garantia, definida no Artigo 43 deste Regulamento.

7. **AMORTIZAÇÃO E RESGATE.** A partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da data da primeira integralização de quotas seniores, as quotas seniores da 1ª Série do **FUNDO** terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

18º mês	1/19	27º mês	1/10
19º mês	1/18	28º mês	1/09
20º mês	1/17	29º mês	1/08
21º mês	1/16	30º mês	1/07
22º mês	1/15	31º mês	1/06
23º mês	1/14	32º mês	1/05
24º mês	1/13	33º mês	1/04
25º mês	1/12	34º mês	1/03
26º mês	1/11	35º mês	1/02

7.1. O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) dia útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil, conforme definição do artigo 13, parágrafo 2º, do Regulamento, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

7.2. O resgate das quotas seniores ocorrerá no 36º (trigésimo sexto) mês, contados da data da primeira integralização de quotas seniores.

7.3. O pagamento das amortizações e do resgate mencionados nos itens 7.1 e 7.2, acima, corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no quinto dia útil do mesmo mês a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização e/ou do resgate cair em dia não útil, conforme definição do artigo 13, parágrafo 2º, do Regulamento, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

7.4. As quotas subordinadas não serão amortizadas.

7.5. As quotas subordinadas somente poderão ser resgatadas após o resgate da totalidade das quotas seniores.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

O presente Suplemento deverá ser registrado no [...]º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.



Rio de Janeiro, [•] de junho de 2007.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO APROVADO

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO
MULTICRÉDITO**

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**



ANEXO II

**INFORMAÇÕES CADASTRAIS MÍNIMAS DOS CEDENTES DO FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO**

INFORMAÇÕES RELATIVAS À IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA:

- 1) Denominação/Razão Social;
- 2) CNPJ;
- 3) NIRE;
- 4) Forma de constituição;
- 5) Data de constituição;
- 6) Endereço completo;
- 7) Atividade principal;
- 8) Telefones;
- 9) Fax;
- 10) Email.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES,
DIRETORES, SÓCIOS E/OU PROCURADORES:

- 1) Nome ou Razão Social;
- 2) CPF ou CNPJ;
- 3) Documento de Identidade ou NIRE;
- 4) Endereço Completo;
- 5) Profissão ou Atividade Principal;
- 6) Telefones;
- 7) Fax;
- 8) Email.



ANEXO III – PROCEDIMENTO DE MONITORAÇÃO DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO JUNTO AOS SACADOS

A cada cessão de Direitos Creditórios ao **FUNDO**, a **CONSULTORA**:

I – verificará a exatidão das informações dos Documentos Representativos de Crédito e a veracidade dos mesmos junto aos Sacados, informando imediatamente por e-mail enviado à Diretoria e ao gerente operacional ou ao assistente responsável da **CONSULTORA** quaisquer divergências que por ventura sejam encontradas;

II - cobrará dos gerentes operacionais ou assistentes responsáveis da **CONSULTORA** as soluções para os divergências eventualmente encontradas, nos termos do item I acima;

III - manterá o Sistema RGB atualizado com relação aos títulos confirmados/não confirmados, por Cedente;

IV - verificará, junto aos Sacados, uma semana antes do vencimento, se os mesmos receberam o boleto de cobrança e a notificação da cessão do Direito Creditório Elegível com o **FUNDO**. Na hipótese dos Sacados não terem recebido o boleto de cobrança, a **CONSULTORA** irá providenciar junto ao **CUSTODIANTE** o envio da segunda via do boleto e enviará, também, uma segunda via da notificação da cessão para o Sacado.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo - III

- Declaração Referente ao Artigo 56 da Instrução CVM nº 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Mellon Serviços Financeiros

DECLARAÇÃO

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICREDITO

("Fundo"), responsável pela distribuição pública da primeira emissão de quotas do Fundo ("Oferta" e "Quotas", respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. Ademais, as informações eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos Investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2007

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

José Carlos Lopes Xavier de Oliveira
Diretor-Presidente

Luísa Saboia
Procuradora



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo - IV

- Relatório da Agência Classificadora de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO

**COTAS SENIORES
1ª SÉRIE**

RATING FIDC

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Junho de 2007





Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Júnior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

LAVORO MULTICRÉDITO

I. VISÃO GERAL

Fundo: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Trabalho Multicrédito

Base Legal: Resolução nº 2.907/01 do CMN, regulamentada pela Instrução CVM nº 356/01, com nova redação dada pela Instrução CVM nº 393/03 e suas posteriores alterações.

Registro Automático de Funcionamento do Fundo: 200-3, em 24.mai.07.

Forma de Constituição: condomínio fechado.

Série de Cotas em Análise: 1ª Série de cotas seniores.

Classe de Cotas: uma ou mais séries de cotas seniores e cotas subordinadas.

Prazo de Duração do Fundo: Indeterminado. A 1ª série de cotas seniores terá prazo de 36 meses, com 17 de carência, 18 amortizações mensais programadas e resgate final.

Ativo Objeto: direitos de crédito performados oriundos de operações realizadas nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços.

Consultora: Lavoro Factoring Ltda.

Instituição Administradora: Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

Instituição Gestora: Global Capital 2000 Administradora de Recursos Financeiros S.A..

Instituição Custodiante e Escrituradora: Banco Bradesco S.A..

Objetivo, Política de Investimento e Rentabilidade: proporcionar rendimento aos cotistas por meio do investimento preponderante em direitos creditórios performados e em títulos pós-fixados de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, podendo realizar operações de proteção da carteira à vista, exclusivamente na BM&F e na modalidade "com garantia". O Fundo buscará atingir na 1ª série de cotas seniores rentabilidade correspondente a 110% da taxa DI.

Remuneração da Instituição Administradora: pela administração do Fundo a Administradora receberá taxa equivalente a 1,70% a.a. incidente sobre o valor do patrimônio líquido, incluído neste total o pagamento da remuneração da Gestora e da Consultora.

Patrimônio do Fundo: após a primeira emissão, o patrimônio será de até R\$ 40 milhões, formado por até 3.000 cotas seniores e até 1.000 cotas subordinadas, de preço unitário de R\$ 10.000,00, cada uma.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

LAVORO MULTICRÉDITO

Eventos de Avaliação: o Regulamento estabelece a ocorrência de 13 Eventos de Avaliação que determinam a imediata suspensão da aquisição de direitos creditórios, até que a Assembléia Geral avalie o grau de comprometimento das atividades do Fundo.

Eventos de Liquidação: de acordo com o Regulamento, quatro outros eventos levam à convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre a sua liquidação antecipada.

II. NOTA DE RATING

O Comitê de Risco da **LFRating**, em reuniões realizadas em 24 de abril de 2007, 30 de abril de 2007, 4 de junho de 2007 e 29 de junho de 2007, atribuiu e confirmou o **Rating AA-** para a 1ª série de cotas seniores emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lavoro Multicrédito, no montante de até R\$ 40 milhões.

Na escala de avaliação da **LFRating**, o **rating AA-** denota que o risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

III. FUNDAMENTOS DA NOTA DE RATING

A nota atribuída ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lavoro Multicrédito está baseada, principalmente, nas seguintes variáveis:

1. O Fundo inicia com uma subordinação de 25%, que será progressivamente ampliada a partir do 18º mês, em função das amortizações exclusivamente de cotas seniores. Este nível inicial cobre com folga a inadimplência prevista, bem como demais itens que podem implicar em não recebimento pelo Fundo das duplicatas cedidas.
2. A 1ª Série prevê a emissão de R\$ 30 milhões em cotas seniores e R\$ 10 milhões em subordinadas, enquanto que a capacidade mensal de geração de recebíveis atingiu um pico de R\$ 10,5 milhões em dez.06. Considerando-se o prazo médio de vencimento da carteira, a geração de recebíveis terá que mais que dobrar. Embora não possa ser no momento comprovado, para mitigar este risco a expectativa dos dirigentes da Lavoro caminha no sentido de que a operação do FIDC lhe permitirá atuar em um nicho de clientes de maior porte, melhor qualidade de crédito e vencimentos mais longos.
3. Trata-se de uma operação bem estruturada, com diversos mecanismos de proteção aos cotistas e comprometimentos das cedentes para com o Fundo.
4. A Lavoro Factoring desempenha papel fundamental para o sucesso da operação. Os números da performance de sua carteira de recebíveis nos últimos 36 meses confirmam sua capacidade de gestão do negócio. Há que se ressaltar, contudo, que embora já estabelecida há oito anos é uma empresa de apenas dois sócios.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Júnior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO

5. A estrutura do FIDC conta com um grupo de participantes qualificado e com larga tradição no mercado.
6. A segregação integral das atividades de administração, gestão e originação reforça a estrutura do Fundo, na defesa dos interesses dos cotistas. Na mesma linha, tem-se os serviços de custódia, controladoria e escrituração, concentrados em instituição de primeira linha.
7. O regulamento prevê diversos eventos que resguardam os interesses dos cotistas seniores, com destaque para o item que permite à Administradora ou à Gestora provocar um Evento de Avaliação, na ocorrência de qualquer evento que, no seu entendimento, gere risco relevante em potencial aos cotistas seniores.
8. Embora a análise dos processos de concessão e cobrança tenha apresentado algumas divergências, no Fundo este risco será fortemente mitigado pelas verificações que serão realizadas pelo Custodiante, pela Administradora e pela Gestora.
9. O Custodiante constituirá uma reserva para a amortização das cotas seniores vincendas, na proporção de 30% em 60 dias, 70% em 45 dias e de 100% em 30 dias.

IV. ESTRUTURA DO FUNDO

1. Participantes

- 1.1. **Lavoro Factoring Ltda.:** prestará ao Fundo os serviços especializados de Consultora. Fundada em maio de 1999 e controlada por Ricardo Leal Wakin (66,67%) e Luiz Carlos Lima Borges (33,33%), é uma empresa de fomento voltada para pequenas e médias empresas, com atuação nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Fechou o ano de 2006 com ativos de R\$ 40 milhões e 165 cedentes ativos.

A empresa atua com um Diretor Superintendente, um Operacional e um Administrativo-Financeiro e a sua estrutura, procedimentos e sistemas será integralmente utilizada para dar suporte à operação.

- 1.2. **Cedentes:** são os atuais e futuros clientes da Lavoro Factoring, pessoas jurídicas previamente cadastradas na Consultora, que estarão cedendo seus recebíveis diretamente ao Fundo, de acordo com as condições estipuladas no Contrato de Cessão.

- 1.3. **Sacados:** são os devedores dos créditos objeto de cessão ao Fundo.

- 1.4. **Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.:** é a Administradora do FIDC. A empresa surgiu de uma *joint venture* entre o Mellon Bank Corporation (EUA) e o Grupo Brascan Brasil, constituída especificamente para a gestão e administração de fundos de investimento no Brasil. Atualmente constitui-se no maior administrador de fundos de gestores independentes do País, com larga atuação no mercado de Fundos de Direitos Creditórios.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Júnior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO

Além das atribuições dispostas na legislação, cabe à Administradora informar à Agência de Classificação de Risco a substituição da Administradora, do Custodiante, da Gestora, da Consultora e da empresa de Auditoria; a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; o desenquadramento da razão de garantia e a celebração de aditamentos a qualquer contrato relacionado ao Fundo que tenha sido analisado quando da emissão da classificação de risco. Cabe, adicionalmente, disponibilizar à Agência os relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia.

- 1.5. **Global Capital 2000 Administradora de Recursos Financeiros S.A.:** registrada na CVM em ago.06, possui dois fundos de investimento, com PL total da ordem de R\$ 190 milhões (mar.07). Foi constituída com o objetivo de ser a empresa do Grupo especializada na gestão de fundos com carteira composta por crédito privado.

O Grupo Globalvest é formado por executivos com larga tradição no mercado de capitais. É composto pela Globalvest Asset Management do Brasil, constituída em 2003, e Global Capital 2000. Em mar.07 possuía volume de recursos administrados da ordem de R\$ 2,2 bilhões, distribuídos por 11 fundos de investimento.

A Global Capital 2000 terá como atividade principal a gestão da carteira do Fundo, através do cumprimento da política de investimento, composição e diversificação da carteira, bem como o monitoramento mensal da política de concessão de crédito adotada e desenvolvida pela Consultora. Vale ressaltar importante variável para a segurança do cotista senior, comum à Administradora: tem o direito de provocar um Evento de Avaliação, caso entenda que há uma situação não prevista de risco relevante em potencial para o Fundo.

- 1.6. **Banco Bradesco S.A.:** fundado em 1943, é o maior banco múltiplo privado do País. Há mais de 30 anos, por meio do Departamento de Ações e Custódia, oferece serviços qualificados ao Mercado de Capitais. É a instituição contratada para exercer as atividades de custódia, controladoria e escrituração.

Enquanto Custodiante, entre outras atividades é responsável por receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios; validá-los em relação aos Critérios de Elegibilidade; fazer a liquidação física e financeira dos ativos da carteira; fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos documentos e realizar auditoria no mínimo trimestral, para verificação dos documentos comprobatórios dos direitos creditórios.

Os serviços de controladoria consistem, entre outros, nas atividades de acompanhamento dos níveis de enquadramento e diversificação; precificação dos ativos; cálculo diário das cotas; registro, controle e manutenção do cadastro de cotistas; elaboração das demonstrações financeiras e contábeis do Fundo; e monitoramento de sua carteira, comunicando à Administradora a ocorrência de Eventos de Avaliação ou de Liquidação.

Finalizando, na qualidade de Instituição Financeira Depositária prestará ao Administrador serviços de escrituração das cotas, incluindo o registro e o controle das cotas em nome dos respectivos titulares.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

LAVORO MULTICRÉDITO

1.7. KPMG Auditores Independentes: a KPMG é uma empresa com presença mundial. No Brasil foi constituída em 1987, a partir da fusão de três empresas com grande tradição na comunidade de negócios: (i) a Peat Marwick & Mitchell, que posteriormente tornou-se Peat Marwick International ("PMI"), com atuação no Brasil desde 1915; (ii) a Klynveld Main Goerdeler, presente no país desde 1982 e (iii) a Roberto Dreyfuss, empresa brasileira fundada em 1943. A KPMG atua no Brasil por meio de mais de 1.000 profissionais, em uma rede de nove escritórios operacionais, cada um liderado por um sócio.

1.8. Freitas e Leite Advogados: fundado em agosto de 1989, sob a denominação de Romano e Freitas Advogados, o escritório iniciou suas atividades com profissionais egressos do mercado financeiro e de capitais. Em abril de 1999, com o ingresso de novos sócios, a denominação foi alterada para a atual. Atua nas mais diversas áreas do direito, através de uma equipe de 11 profissionais, com marcante atuação no mercado financeiro.

1.9. LFRating: agência classificadora de risco do Fundo. A LFRating® foi criada em 2002 como complemento dos serviços de avaliação de instituições financeiras e não financeiras que a Lopes Filho & Associados já realizava há 26 anos, baseando seus trabalhos em três princípios fundamentais: independência entre o processo e o objeto de classificação; transparência dos fundamentos da classificação e capacidade técnica e ética irrepreensível de todos os envolvidos na classificação.

2. Características

O FIDC Lavoro Multicrédito é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. Contudo, a 1ª Série de cotas seniores terá prazo de 36 meses, com 17 de carência e 18 amortizações mensais.

Cotas

As cotas serão de classe sênior (distribuição pública) ou subordinada (subscritas pela Consultora e/ou por seus cotistas/acionistas), com valor idêntico na primeira data de emissão. Nas demais emissões deverá ser utilizado o valor de abertura da cota em vigor no mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos. Idêntico procedimento será utilizado para fins de amortização e de resgate. As cotas subordinadas absorvem eventual inadimplência e, uma vez atingido o *benchmark* das seniores, recebem qualquer rentabilidade excedente.

A critério da Administradora, seguindo orientação da Gestora, o Fundo poderá emitir uma ou mais séries de cotas seniores, independentemente de aprovação dos cotistas e sem direito de preferência, desde que a emissão de nova série não implique no rebaixamento da classificação de risco das séries em circulação e a razão de garantia (a seguir) seja mantida. Após a emissão da 1ª Série, o patrimônio sênior máximo será de R\$ 30 milhões, formado por até 3.000 cotas, com preço da primeira data de emissão de R\$ 10 mil, cada uma. As cotas seniores são calculadas diariamente e a cada uma corresponde um voto em Assembléia. Cada nova emissão de séries de cotas seniores deverá ser precedida pelo Suplemento da respectiva série, contendo todas as informações a ela relativas, podendo contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Júnior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

LAVORO MULTICRÉDITO

descoberta de preço em mercado organizado. As cotas da 1ª Série terão como meta de rentabilidade 110% da taxa DI e serão registradas para negociação secundária no BOVESPAFIX, na SOMAFIX e, eventualmente, na CETIP. Poderá ocorrer amortização antecipada de cotas seniores, na impossibilidade de aquisição de direitos creditórios elegíveis.

As cotas subordinadas poderão ser integralizadas ou resgatadas em direitos creditórios; porém, não serão amortizadas enquanto existirem cotas seniores em circulação, mantida a obrigatoriedade de ser respeitada a razão de garantia de 75% entre a relação cotas seniores x patrimônio líquido.

Público Alvo

O Fundo destina-se exclusivamente a investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, inclusive não residentes, desde que devidamente registrados perante a CVM.

Avaliação dos Ativos do Fundo

Os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seus valores calculados diariamente, avaliando-se os que têm mercado com base nos critérios de marcação a mercado, nos termos da legislação em vigor, e os direitos creditórios com base em seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas à eventual inadimplência.

Até o 45º dia após o vencimento do título, o critério de provisionamento dos direitos creditórios seguirá as normas do COSIF. A partir do 46º seus valores serão integralmente provisionados.

Taxa de Administração

O Fundo não possui taxa de ingresso, de performance e/ou de saída. A taxa de administração é de 1,70% a.a. incidente sobre o valor do patrimônio líquido, incluído neste total o pagamento da remuneração da Gestora e da Consultora.

Reserva de Amortização

Com a finalidade de assegurar os pagamentos, o Custodiante constituirá uma Reserva de Amortização, de tal forma que no 60º dia anterior à amortização ou ao resgate esteja disponível 30% do valor futuro estimado do respectivo evento; ao final do 45º dia 70% e ao final do 30º dia 100%. Caso não seja possível a formação desta reserva, interrompe-se a aquisição de direitos creditórios até que o processo esteja concluído. Os recursos que formam esta reserva deverão ser aplicados exclusivamente nos mesmos títulos públicos e condições descritos no item "Política de Investimento", a seguir.

Razão de Garantia

A relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo será de 75%; ou seja, uma subordinação de 25%, apurada diariamente.

Na hipótese de inobservância deste percentual por três dias consecutivos, a Administradora comunicará, imediatamente, à Consultora, solicitando o restabelecimento da relação mínima aos cotistas subordinados dentro de um prazo de cinco dias corridos. Caso não haja o aporte a

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Júnior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

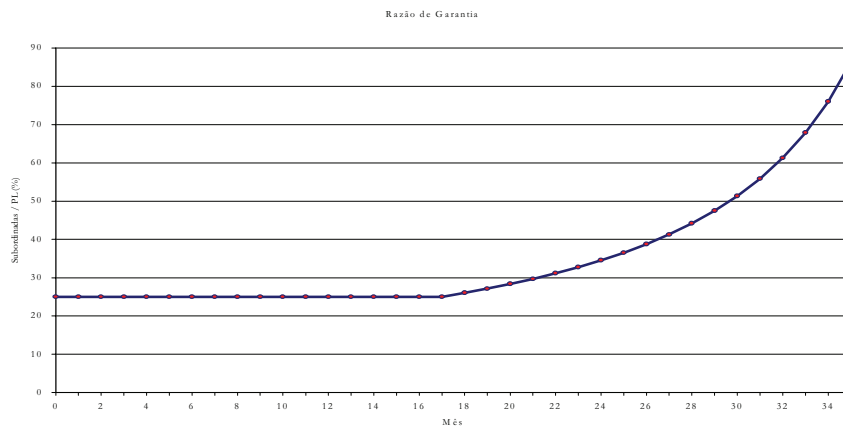
DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

LAVORO MULTICRÉDITO

Administradora deverá convocar Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre: (i) providências a serem tomadas pela Administradora; (ii) substituição da Administradora; (iii) e/ou liquidação antecipada do Fundo.

Tendo em vista o processo de amortizações a partir do 18º mês, juntamente com o resgate de subordinadas somente ao final, a razão de garantia será crescente, como demonstrado na simulação a seguir (desconsiderando-se a valorização das cotas seniores e subordinadas):



3. Considerações sobre a originação e a carteira de recebíveis

Os recebíveis do Fundo são gerados por diversas cedentes, atuais e futuros clientes da Lavoro, sendo representados por duplicatas comerciais próprias contra os seus sacados.

Por solicitação do Grupo Estruturador do FIDC, a KPMG desenvolveu um estudo do histórico de performance dos recebíveis, dos sacados e das cedentes da Lavoro, contemplando o total de duplicatas descontadas com as cedentes no período de 36 meses compreendido entre 02.jan.04 e 31.dez.06.

Embora os resultados apresentados não possam ser simetricamente extrapolados para o futuro, até mesmo porque novos clientes de perfil e porte diferenciados serão agregados, fornecem uma sólida base não só sobre o desempenho da carteira, em si, como também em relação a processos e controles utilizados pela Lavoro.

Neste contexto, destacamos os seguintes pontos produzidos pelo referido estudo relativos à carteira, no nosso entender mais relevantes :

→ Valor total de duplicatas: R\$ 238 milhões, compreendendo 163.323 títulos.

→ Produção mensal: mínima de R\$ 2,6 milhões (fev.05), máxima de R\$ 10,5 milhões (dez.06) e média de R\$ 9,4 milhões nos últimos seis meses encerrados em dez.06. Esses números são

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Júnior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO

relevantes na medida em que, no limite superior, para operar 95% comprado em direitos creditórios a Consultora terá que aprovar um volume médio mensal da ordem de R\$ 24 milhões, tomando-se por base o prazo médio de vencimento da carteira (a seguir). No limite legal inferior, de 50%, a geração terá que atingir cerca de R\$ 13 milhões. De acordo com informações da Lavoro, o processo de ampliação das atividades encontra-se em curso, devendo ser considerado, adicionalmente, que a operação via FIDC lhe permitirá atuar em um nicho de clientes de maior porte, melhor qualidade de crédito e vencimentos mais longos.

- *Ticket* médio para o período: R\$ 1.458 (mínimo mensal de R\$ 896 e máximo de R\$ 2.198).
- Distribuição pelo prazo de vencimento (desconto da duplicata com as cedentes até o seu vencimento): é uma carteira de curto prazo. Considerando-se a totalidade das operações o prazo médio ponderado foi de 49 dias. Cerca de 74% do valor das duplicatas teve prazo de até 60 dias, com maior concentração no intervalo de 21 a 30 dias (25,8%).
- Distribuição das duplicatas por cedente: o histórico da carteira contemplou 318 diferentes cedentes, com baixo nível de concentração. As duas mais representativas com 7,64% e 7,32% do volume total e as 30 mais com 67,68%.
- Distribuição das duplicatas por sacado: trata-se de uma carteira bem pulverizada. Contando com 34.236 sacados, os três principais absorveram 3,42%, 1,11% e 0,65% do valor total das duplicatas descontadas. Os 30 maiores, apenas 14,85%. Vale apenas a ressalva, sem comprometimento da conclusão, no sentido de que nem todos os sacados operaram desde o início do estudo.
- Eventos de recompra: refere-se a eventos de substituição da duplicata vigente por uma outra duplicata. Ocorrem, basicamente, quando: (i) a operação não foi concretizada, por exemplo, a mercadoria não foi entregue no sacado; (ii) a quitação da duplicata foi realizada na cedente, em vez de ser efetivada na Lavoro e (iii) o sacado não quitou a duplicata na data prevista sendo, em alguns casos, substituída pela cedente. Ao longo do período em análise, o percentual de eventos de recompra oscilou de 0,9 (dez.06) a 18,0 (nov.05), totalizando 11,1 no período como um todo (total recomprado / total originado). Cabe a ressalva, especificamente no que diz respeito ao FIDC, que a cessão é final, ou seja, não haverá recompra. Portanto, este percentual de 11,1 pode ser considerado como não pagamento, exceto no que diz respeito às liquidações ocorridas diretamente na cedente que, de acordo com o Regulamento, terá 24 horas para repassar os recursos ao Fundo.
- Indicadores de desempenho: descontando-se do total sob análise os 11,1% relativos às duplicatas recompradas, bem como os descontos concedidos e as duplicatas a vencer após 31.dez.06, data limite do estudo, chega-se ao montante que venceu até 31.dez.06 de R\$ 189 milhões. A análise das duplicatas relativas a este total demonstra liquidações antecipadas de 8,2%; no vencimento de 62,4%; com 1 a 15 dias de atraso 26,4%; de 15 a 30 dias 1,4%; de 30 a 60 dias 0,5% e de 60 a 90 dias 0,1%. O montante de duplicatas vencidas e não pagas totalizou 0,8%. Vale a ressalva que a base de dados apresentou prorrogações de vencimento concedidas aos sacados no montante de R\$ 10,3 milhões (4,3% do total), particularmente nos intervalos de 1 a 10 dias (2,3%), 11 a 20 (0,9%) e 21 a 30 (0,5%).

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

LAVORO MULTICRÉDITO

Em síntese, descontando-se os efeitos dos eventos de recompra e das prorrogações, que certamente serão considerados, a carteira apresenta boa performance.

4. A Operação

A operação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lavoro apresenta a seguinte configuração: de um lado, investidores doadores dos recursos que aceitam correr os riscos de crédito e demais riscos do FIDC, com expectativa de retorno igual a 110% do DI; de outro, empresas cedentes de direitos creditórios oriundos de sacados atuantes nos segmentos industrial, comercial e de serviços, cujas duplicatas são analisadas e selecionadas pela Consultora.

Servindo de veículo e unindo essas duas pontas o FIDC Lavoro, que capta os recursos junto aos investidores e compra os respectivos créditos, com base em análise da Consultora, regras pré-estabelecidas nas Condições de Cessão, Critérios de Elegibilidade e Contrato de Cessão.

A Consultora

A Lavoro Factoring tem papel determinante no sucesso do Fundo. Sua atuação se dá em três segmentos distintos:

- Serviços de consultoria especializada: é a alma do Fundo, onde a Lavoro concentrará seus esforços realizando o cadastro e a análise de crédito das cedentes, dos sacados e dos direitos creditórios. Adicionalmente, será responsável por verificar o atendimento dos direitos creditórios às Condições de Cessão e por notificar os sacados a respeito da cessão.
- Serviços de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos: consiste em realizar a cobrança judicial ou extrajudicial, em selecionar as empresas especializadas e em contratar advogados para a realização da cobrança.
- Serviços de depósito dos Documentos Representativos do Crédito: são representados pela guarda, custódia física, armazenagem e organização dos documentos representativos de crédito. Esta atividade será terceirizada às cedentes, sem perda ou transferência de suas responsabilidades legais, desde que informado ao Custodiante, que terá acesso irrestrito aos documentos.

Em decorrência da expressiva diversificação de devedores e significativo volume de créditos cedidos, o Custodiante verificará por amostragem, trimestralmente, o lastro dos direitos creditórios elegíveis, comunicando o resultado desta verificação à Administradora e à Agência de Classificação de Risco. Será utilizada amostra probabilística aleatória, através da aplicação de fórmula que levará em conta o tamanho da população e o erro amostral tolerável (entre 5% e 10%), considerando-se, principalmente, a natureza do recebível, a qualidade da cedente a ser analisada, a quantidade de verificações já efetuadas e seus respectivos resultados observados. Entendemos serem adequados os procedimentos relacionados à verificação do lastro por amostragem, sendo irrelevante o seu impacto na classificação concedida.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

LAVORO MULTICRÉDITO

Pelos serviços prestados nesses três segmentos a Consultora receberá remuneração equivalente a 0,75% a.a., incidente sobre o patrimônio líquido, debitada da taxa de administração.

Direitos Creditórios Objeto de Aquisição

O Fundo adquirirá direitos creditórios performados, representados por duplicatas, oriundos de operações realizadas pelas cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços. A cessão será irrevogável e irretratável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra as cedentes, da plena titularidade dos direitos creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

As cedentes, por sua vez, responderão pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos créditos.

Das Condições de Cessão

As Condições de Cessão serão avaliadas pela Consultora, mediante declaração de que os direitos creditórios atendem integralmente às seguintes regras:

- Decorram de operações realizadas pelas cedentes nos segmentos industrial, comercial e de serviços.
- Decorram de cedentes previamente cadastradas pela Consultora.
- Sejam previamente avaliados e aprovados pela Consultora.
- Sejam amparados pelos respectivos Documentos Representativos de Crédito.
- Não serão aceitas novas cessões de cedentes que tenham títulos anteriormente cedidos inadimplidos há mais de 15 dias úteis.
- O total de direitos creditórios elegíveis cedidos por uma mesma cedente não poderá representar, a qualquer momento, mais de 10% do patrimônio líquido do Fundo.

Contrato de Cessão de Crédito

As relações entre as Cedentes e o Cessionário (Fundo) são reguladas por um Contrato de Cessão, que resguarda os direitos do FIDC e estabelece as condições gerais aplicáveis a todas as operações. As cessões de direitos creditórios, por sua vez, são formalizadas através de Termo de Cessão, anexo a este Contrato.

Para que possa ceder, cada cedente declara e assegura ao Fundo em cada operação que:

- É uma pessoa jurídica validamente constituída e em funcionamento.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Júnior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

LAVORO MULTICRÉDITO

- A celebração do Contrato de Cessão não depende de quaisquer autorizações dos seus órgãos deliberativos.
- A celebração do Contrato e dos Termos de Cessão não acarreta o descumprimento de nenhum contrato ou instrumento firmado anteriormente pela cedente e afins, bem como de nenhuma norma legal, regulamentar ou ordem ou decisão judicial ou administrativa.
- Os representantes legais que assinam o Contrato têm poderes para assumir as respectivas obrigações.
- Os direitos creditórios ofertados são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados.
- Somente cederá ao Fundo direitos creditórios oriundos de operações realizadas nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão.
- Recebeu, tem ciência, conhece e não tem dúvidas e está de acordo com todas as regras estabelecidas no Regulamento do Fundo.

Adicionalmente, a cedente expressamente obriga-se a:

- Manter o Fundo informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade das declarações anteriores.
- Transferir ao Fundo, no prazo de 48 horas, quaisquer valores que eventualmente venha a receber dos sacados.
- Praticar todos os atos para que os sacados honrem as obrigações relacionadas aos direitos creditórios.
- Empregar seus melhores esforços no sentido de não modificar suas atuais práticas de crédito e de cobrança.
- Aceitar a recusa dos direitos creditórios ofertados que não atenderem às Condições de Cessão.
- Dar pleno acesso e atendimento aos auditores do Fundo com relação aos documentos relativos às operações, aos direitos creditórios e aos dados históricos de inadimplência.
- Dar pleno auxílio e apoio ao Fundo no processo de cobrança judicial ou extrajudicial.
- Endossar em favor do Fundo as duplicatas necessárias para a cobrança dos títulos inadimplidos.
- Indenizar o Fundo em razão de descumprimento, incorreção ou falsidade das declarações e obrigações que tratam este item e as declarações do tópico anterior.
- Adotar medidas necessárias para que não sejam por ela cedidos a terceiros direitos creditórios já cedidos ao Fundo e não sejam por ela constituídos quaisquer ônus, encargos ou gravames sobre os referidos títulos.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1

12



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Júnior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

LAVORO MULTICRÉDITO

Dentre outras características do Contrato, vale destacar:

- O preço de aquisição é calculado com base em taxa de desconto estipulada pela Consultora para cada operação.
- A Cessão será resolvida, sem qualquer custo para o Fundo, caso os direitos creditórios venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos. Nesta hipótese, a cedente e/ou os responsáveis solidários estarão obrigados a restituir ao Fundo, em 24 horas, o valor dos direitos creditórios cuja cessão tiver sido resolvida. Adicionalmente, é considerado Evento de Rescisão a decretação de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da cedente.

Crítérios de Elegibilidade

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo deverão atender, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- Os sacados não deverão possuir registro no CCF e na SERASA relativos a títulos protestados em valor igual ou superior a R\$ 100.000,00, nem deverão estar em processo de falência e afins.
- Os direitos creditórios não poderão ser de sacados inadimplidos para com o Fundo.
- Os direitos creditórios deverão ter prazo máximo de 120 dias, desde que não ultrapasse o prazo de resgate da respectiva série, e o prazo médio da carteira, relacionada no respectivo Termo de Cessão, não poderá superar 90 dias.
- O total de direitos creditórios de um mesmo sacado não poderá exceder a 5% do patrimônio líquido do Fundo, admitida a elevação deste patamar para 10% caso o sacado seja avaliado pela Agência Classificadora e obtenha pelo menos a mesma classificação atribuída às cotas seniores do FIDC.
- O valor de um único Documento Representativo de Crédito não pode ser superior a R\$ 500.000,00.
- A taxa de desconto para aquisição de direitos creditórios deve ser equivalente a, no mínimo, 140% do CDI.

Política de Concessão e Cobrança de Créditos

Esta política é desenvolvida e monitorada pela Consultora e pode ser sintetizada como se segue:

- As cedentes serão pessoas jurídicas previamente cadastradas. Para tanto, entregam à Consultora uma série de documentos e informações.
- Após o cadastramento a Consultora efetuará uma análise de cada cedente para a concessão de um limite operacional. Através de um processo coordenado pelo Gerente Operacional e ratificado pelo Comitê de Crédito, envolve uma visita à cedente, análise dos dados, definição

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1

13



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Júnior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

LAVORO MULTICRÉDITO

dos limites, fatores, taxas, tarifas e inserção dos dados no Sistema RGB (*software* para gestão de *factoring*). Verificadas todas as etapas, poderá ocorrer a cessão.

- O passo seguinte é a análise de cada operação de cessão. Neste processo, (i) a cedente envia o arquivo com os direitos creditórios e o assistente da Consultora faz a inserção no Sistema RGB; (ii) o Gerente Operacional faz a primeira análise da operação utilizando-se das ferramentas que o sistema disponibiliza (indicadores de avaliação de crédito para as cedentes e sacados); (iii) o Diretor Superintendente/Diretor Operacional da Consultora faz a análise e, em conjunto com o Gerente Operacional, aprova ou reprova a concretização da cessão e (iv) caso aprovada, o Diretor deverá apor sua assinatura eletrônica no sistema e o assistente providenciará o envio do relatório com os direitos creditórios aprovados para validação do custodiante.
- O monitoramento da política de concessão de crédito será realizada pela Consultora e pela Gestora, e a cobrança bancária e coleta dos pagamentos pelo Custodiante. Ressalte-se que a Consultora foi contratada pelo Fundo como agente de cobrança extrajudicial e judicial dos títulos inadimplidos, agindo da seguinte forma: (i) no primeiro dia de atraso informa ao sacado através de ligação telefônica; (ii) nova ligação no 10º dia de atraso e (iii) encaminhamento à área jurídica, a partir do 30º dia, para a tomada de medidas judiciais cabíveis.

Vale destacar alguns pontos relativos ao estudo da KPMG relacionados ao processo de concessão e cobrança da carteira de recebíveis, sendo que a partir do início do Fundo haverá monitoramento por parte do Custodiante, da Administradora e da Gestora:

- Conciliação da base de dados: foram comparados os saldos dos arquivos fornecidos com os respectivos saldos contábeis da Lavoro, na data-base de 31.dez.2006. O resultado deste procedimento resultou em uma diferença de 0,43%.
- Verificação de duplicatas: de uma amostragem de 100 duplicatas disponibilizada para confronto com a respectiva documentação física, duas não foram localizadas, uma apresentava divergência no valor, cinco na data de vencimento e quatro no CNPJ da cedente. Nenhuma divergência foi constatada no nome e CNPJ do sacado.
- De uma amostra de 20 cedentes foram apresentados os processos e documentos arquivados relativos à concessão de crédito. Não se verificou nenhuma divergência nos seguintes itens: verificação de contrato social e/ou atas de assembléias; verificação de RG, comprovante de residência e CPF referentes aos sócios, fiéis depositários, devedores solidários e avalistas.
- Para a mesma amostra, foram verificados, pelo sistema RGB, os limites de crédito disponibilizados na data-base de 31.dez.2006. Esses montantes foram comparados aos saldos em aberto das duplicatas descontadas com as respectivas cedentes na mesma data-base. O resultado demonstrou cinco limites de crédito excedidos. Segundo informações da Administração da Lavoro para quatro empresas havia sido solicitado um "extra-limite" e para a quinta foi aprovado um limite definitivo maior em fev.2007.
- Análise de crédito por operação: ocorre a partir do recebimento de um arquivo contendo o borderô de títulos da cedente, que é inserido no sistema, iniciando-se as verificações através de ferramentas que o sistema RGB dispõe. Foi realizado o acompanhamento de consultas

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

LAVORO MULTICRÉDITO

referentes a 20 operações, não sendo apurada nenhuma divergência quanto a: (i) referentes à cedente - limite operacional para realizar a operação, situação dos títulos em carteira e verificação de informações relevantes na SERASA; (ii) referentes ao sacado - limite global e concentração por sacado, histórico de pagamento no sistema, verificação do sacado na SERASA e aceitação do sacado no pagamento a terceiros.

→ Mecanismos de segurança do ambiente: alarme anti-roubo 24 horas; detector de fumaça; alarme anti-incêndio; extintores de incêndio; hidrantes; gerador externo; cercas de arame farpado e funcionários treinados para brigada de incêndio.

5. Política de Investimento

O objetivo do Fundo é investir em direitos creditórios dos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços. Após 90 dias do início de suas atividades deverá alocar, no mínimo, 50% e, no máximo, 100% nesses títulos. A parcela que não estiver aplicada em direitos creditórios será necessariamente alocada em títulos pós-fixados de emissão do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil e créditos securitizados do Tesouro Nacional, bem como operações compromissadas lastreadas nos mesmos títulos (máximo de 50%).

Adicionalmente, o Regulamento estabelece a possibilidade de operações de proteção de posições à vista, até o limite de 50% do patrimônio, exclusivamente na BM&F e na modalidade “com garantia”.

No que diz respeito aos critérios de concentração e de diversificação, a Administradora e a Gestora deverão observar os limites máximos de 10% por cedente e de 5% por sacado, ampliável a 10% no caso de empresa com classificação de risco igual ao das cotas seniores.

6. Eventos de Avaliação

O Regulamento do FIDC contempla 13 Eventos de Avaliação, dentre os quais destacamos:

- Rebaixamento da classificação de risco de cotas seniores em um nível abaixo da original.
- Inobservância pela Consultora dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Consultoria Especializada, de Cobrança e de Depósito com relação à cobrança dos direitos creditórios, desde que notificada pelo Custodiante para sanar ou justificar o cumprimento não o faça no prazo de 10 dias.
- Não divulgação, por parte da Agência Classificadora de Risco, da atualização trimestral da classificação, por prazo igual ou superior a 60 dias.
- Existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os direitos creditórios não foram regular e devidamente formalizados.
- Alteração do controle estatutário da Consultora.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO

→ Ocorrência de quaisquer eventos que, no entendimento da Administradora ou da Gestora, gere risco potencial aos cotistas seniores.

Na ocorrência de quaisquer dos Evento de Avaliação, a Administradora suspenderá imediatamente a aquisição de direitos creditórios e convocará, no prazo de cinco dias, Assembléia Geral a ser realizada no máximo em 10 dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do Fundo. Caso a Assembléia delibere pela liquidação, deverá implementar os respectivos procedimentos, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.

7. Eventos de Liquidação

O Regulamento estabelece quatro Eventos de Liquidação. Na sua ocorrência, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá notificar os cotistas, suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate ou amortização e os procedimentos de aquisição de direitos creditórios, bem como dar início aos procedimentos de liquidação antecipada.

→ Por deliberação da Assembléia Geral, nas hipóteses (i) de não reenquadramento à razão de garantia; (ii) caso a Administradora renuncie e os cotistas não indiquem uma instituição substituta no prazo de 30 dias e (iii) caso se verifique Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora e a Assembléia decida pela liquidação antecipada.

→ Se o Fundo mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 por três meses consecutivos.

→ Caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação.

→ Impossibilidade do Fundo adquirir direitos creditórios admitidos por sua política de investimento.

Caso a Assembléia decida pela não liquidação do Fundo, quando couber, fica assegurado o resgate das cotas seniores dos cotistas dissidentes.

Na liquidação antecipada poderá haver pagamento em direitos creditórios, caso não haja disponibilidade de recursos.

V. PRINCIPAIS RISCOS

1. Risco de Crédito

A única fonte de recursos do Fundo para pagamento aos cotistas das amortizações e/ou resgate das cotas é o pagamento do valor dos direitos creditórios pelos sacados e dos ativos financeiros pelas respectivas contrapartes. Desta forma, após esgotados os meios cabíveis para

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Júnior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

LAVORO MULTICRÉDITO

cobrança, o Fundo não disporá de quaisquer outros recursos. Estes riscos são mitigados pela subordinação mínima de 25%, bem como pela aplicação em ativos financeiros exclusivamente risco governo.

2. Risco de Originação

Em dez.2006 a Lavoro originou cerca de R\$ 10,5 milhões de duplicatas. Para suprir direitos creditórios ao FIDC, caso a captação de R\$ 30 milhões de seniores seja efetivada, será necessário uma originação da ordem de R\$ 24 milhões (PL total de R\$ 40 milhões). Isto implica em substancial esforço não só comercial, mantendo-se a qualidade do crédito, como também operacional. O não atingimento da meta significa ter 75% do PL sendo rentabilizada a 110% do CDI, enquanto que a parcela não investida em direitos creditórios estará sendo remunerada em torno do CDI. Isto significa utilização do colateral para cobertura da respectiva diferença.

3. Risco Proveniente da Falta de Registro dos Contratos de Cessão

Tendo em vista a multiplicidade de cedentes, domiciliados em diversas localidades do território nacional, o Fundo adota como política não registrar os contratos de cessão e seus anexos em cartório, em função da complexidade operacional e dos custos de registro. Este fato poderá representar risco ao Fundo em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelas cedentes a mais de um cessionário. Assim, o Fundo não poderá reclamar valores referentes a títulos pagos a terceiros de boa fé adquirentes dos mesmos direitos creditórios a ele cedidos.

4. Risco de Liquidação Antecipada do Fundo

O Regulamento prevê a possibilidade de amortização de cotas seniores antes dos prazos previstos, na impossibilidade de enquadramento à política de investimento, em razão da impossibilidade de adquirir direitos creditórios elegíveis. Além deste fato, Eventos de Avaliação e de Liquidação podem determinar a liquidação antecipada do Fundo. Desta forma, os cotistas teriam o seu horizonte original de investimento reduzido, podendo haver frustração de suas expectativas. Esta situação é ainda mais relevante se considerarmos as expectativas de continuidade do processo de queda das taxas de juros "vis-à-vis" o posicionamento dos investidores qualificados no sentido de buscar alternativas de prazo mais longo a taxas ainda atrativas.

Adicionalmente, existe a possibilidade do resgate ser feito mediante a entrega de direitos creditórios. Nessas situações, os cotistas poderão encontrar dificuldades para vendê-los ou cobrar os valores devidos pelos respectivos devedores.

5. Risco Societário da Lavoro

A Lavoro Factoring é uma empresa de apenas dois sócios, o principal com 67% das cotas, com forte atuação no dia-a-dia dos negócios. Tendo em vista a relevância da empresa na estrutura do Fundo, qualquer alteração pode implicar em risco de continuidade.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Júnior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO

6. Risco de Irregularidades na Documentação Comprobatória dos Direitos Creditórios

A auditoria trimestral da documentação que será realizada pelo Custodiante é por amostragem e após a cessão dos direitos creditórios. Desta forma, a carteira do Fundo poderá conter direitos creditórios cuja documentação apresente irregularidades. Há que se considerar, adicionalmente, que o Custodiante delegará à Consultora, e esta às cedentes, a responsabilidade legal pela guarda dos documentos comprobatórios dos direitos de crédito cedidos ao Fundo. Assim, embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos documentos, sua guarda por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida e correta origem e formalização dos direitos de crédito e de realizar a cobrança judicial ou extrajudicial, dos títulos vencidos e não pagos.

Cabe, ainda, a ressalva de que existe a possibilidade de que pagamentos sejam feitos diretamente pelos sacados à Cedente, cuja obrigação é repassar em 48 horas os valores para a conta do Fundo.

7. Risco de Liquidez

A inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação dos direitos creditórios condiciona a sua realização ao efetivo pagamento pelos devedores.

Da mesma forma e em função de sua condição de condomínio fechado, o possível mecanismo de saída representado pela negociação das cotas no mercado secundário é limitado, tendo em vista a baixa liquidez que se verifica nos mercados onde suas cotas serão negociadas.

8. Risco decorrente da multiplicidade de cedentes

Tendo em vista a multiplicidade de cedentes, eventuais problemas de natureza comercial entre as cedentes e os respectivos sacados (defeito ou vício do produto ou devolução) podem implicar em perdas, caso as cedentes não restituam ao Fundo o montante correspondente ao valor dos referidos direitos creditórios.

9. Risco de Mercado

Os direitos creditórios do Fundo (ativo) são contratados a taxas prefixadas e as suas cotas (passivo) são remuneradas com base no CDI. A inexistência de *hedge* obrigatório transfere integralmente ao gestor a responsabilidade pela determinação do melhor *timing* para eventual cobertura de posições, podendo resultar em oscilações de suas cotas de acordo com as variações dos diversos mercados objeto. Ressalte-se, ainda, que o Regulamento estipula que somente 50% poderá ser alocado em operações em mercados de derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Somente os ativos financeiros que compõem a carteira do Fundo têm seu risco de mercado mitigado, pelo fato de serem pós-fixados, sinteticamente ou na origem.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO MULTICRÉDITO

VI. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS DO AVALIADOR - LFRating®

A **LFRating®** foi criada em 2002 como complemento dos serviços de avaliação de instituições financeiras e não financeiras que a Lopes Filho & Associados já realizava há 26 anos. É formada por profissionais de elevada experiência em avaliação corporativa e operações estruturadas, que uniram seus conhecimentos para prover o mercado brasileiro de serviços de análise de risco de todas as modalidades, baseados em três princípios fundamentais.

- Independência entre o processo e o objeto de classificação;
- Transparência dos fundamentos da classificação; e
- Capacidade técnica e ética irreprovável de todos os envolvidos na classificação.

A **LFRating®** produz *ratings* de emissões de instituições nacionais, utilizando-se da *expertise* de seus analistas e de uma cultura formada ao longo de 29 anos em trabalhos de análises e avaliações de empresas, bancos e operações estruturadas para os mais diversos propósitos.

Um *rating* emitido pela **LFRating®** é o resultado de uma criteriosa análise que envolve:

- uma definição precisa dos riscos envolvidos no objeto avaliado;
- a análise detalhada de uma extensa gama de informações estruturais, estratégicas e econômico-financeiras;
- um pormenorizado trabalho de *due diligence*, incluindo abrangente entrevista com os dirigentes e responsáveis pela emissão e pela administração das garantias; e
- um capacitado comitê de avaliação que definirá o *rating* adequado para expressar o entendimento da **LFRating®** sobre o risco de crédito do avaliado.

A equipe de análise é especializada e formada por:

Aloisio Villeth Lemos (empresas e bancos)
Flávia Roldan Bloomfield Gama (empresas e títulos)
João Batista Simões (empresas e títulos)
Joel Sant'Ana Junior (bancos, fundos e cooperativas)
Marcos Carneiro da Cunha (empresas e bancos)
Maria da Graça Paiva (empresas e títulos)
Paulo Roberto de Moraes Frazão (empresas e títulos)
Pérsio Nogueira (bancos)
Rodrigo Pires (empresas e título)
Rubem Crusius (empresas e títulos)

Dos componentes do Comitê de Rating, presidido por Joel Sant'Ana Junior, participam, pelo menos, dois analistas envolvidos na avaliação em questão.

A escala utilizada para classificação de emissões é baseada em nossa experiência e ajustada ao longo do tempo por fatos concretos que alterem a legislação e a estrutura econômica.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2828
e-mail: info@lfrating.com



AA-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por reuniões presenciais com os participantes do Fundo. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Júnior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO
29 DE JUNHO DE 2007

VALIDO ATÉ
26 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS

DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

LAVORO MULTICRÉDITO

VII. ESCALA DE RATING

O resultado final de um *rating* é expresso por uma nota, geralmente representada por uma letra ou um conjunto de letras. A existência deste tipo de análise nos mercados desenvolvidos há mais de um século tornou tradicional expressar estas notas pelas primeiras letras do alfabeto. **LFRating** utiliza-se desta forma de designar as notas para os *ratings* que realiza. **LFRating** utiliza colocar sinais de (+) e (-) ao lado das notas de AA a C, de forma a permitir um ajuste fino entre as categorias.

Para efeito de classificação legal, **LFRating** divide sua escala em três grandes grupos:

- .**NÍVEL SEGURO**, para os *ratings* de AAA a BBB, com indicação de investimento;
- .**NÍVEL ACEITÁVEL**, para os *ratings* de BB a B, com indicação de cautela;
- .**NÍVEL ALTO RISCO**, para os demais *ratings*.

AAA	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é quase nulo. A estrutura de colateralização é de alta qualidade, permitindo elevado grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.
AA	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.
A	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é baixo. A estrutura de colateralização é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.
BBB	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é baixo. No entanto, a estrutura de colateralização não é tão forte quanto a da faixa anterior, embora ainda permita garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.
BB	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.
B	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é alto. A estrutura de colateralização provavelmente será insuficiente para garantir o pagamento do principal e remuneração esperada.
C	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é muito alto. A estrutura de colateralização é insuficiente para garantir o pagamento do principal e remuneração esperada.
D	Nesta faixa estão os fundos em <i>default</i> .

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste fundo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 1